

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

35

Neste número:

**Criminalidade Urbana Violenta
Classes Sociais, Campesinato e
Historiografia**

RELUME



DUMARÁ

O **BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Charles Pessanha (UFRJ, IUPERJ)

Guita Grin Debert (UNICAMP)

Ilse Scherer-Warren (UFSC)

Lourdes Sola (USP)

Lúcia Lippi de Oliveira (CPDoc-FGV)

Miguel W. Chaia (PUC-SP)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664
Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 542-0248
Fax : (021) 275-0294

Impresso no Brasil

Editoração Eletrônica
MMFREIRE – Editoração e Arte

Sumário

**A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil:
Um Recorte Temático** 3

Sérgio Adorno

Para Uma Análise das Classes Sociais 25

Christian Azaïs
Paola Cappellin

**Campesinato e Historiografia no Brasil:
Comentários sobre Algumas Obras Notáveis** 41

Guillermo Palacios

Arquivo Edgard Leuenroth 59

Colaboraram neste número:

Christian Azais é Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

Guillermo Palacios é Professor do Centro de Pesquisas de Desenvolvimento Agrário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Paola Cappellin é Professora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sérgio Adorno é Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático*

Sérgio Adorno

Introdução

Nos últimos 15 anos, a abordagem científica da criminalidade no Brasil extrapolou o âmbito restrito de sua formulação jurídica — de que se nutriu por longo período —, deslocando o eixo de atenção: em lugar de situá-la, descrevê-la e explicá-la tendo por diretriz exclusivamente o saber jurídico e a legislação penal, a abordagem sociológica *lato senso* vem buscando refletir sobre as possíveis conexões entre o recrudescimento da violência criminal, o modelo de desenvolvimento econômico-social vigente nesta sociedade agrário-industrial, o estilo de exercício do poder de Estado e a sobrevivência de políticas de segurança e de justiça penal herdadas do regime autoritário. Nesse particular, proliferaram em curto espaço de tempo estudos sociológicos, políticos, antropológicos e históricos. Cada qual recortando a seu modo dimensões peculiares da violência criminal.

Embora essa literatura especializada possa ser examinada sob diferentes ângulos, optei por privilegiar o enfoque que explora as relações entre controle social do crime, violência e poder, perspectiva que problematiza a organização social do crime entendida enquanto produto de uma teia complexa de relações sociais que vincula os delinquentes aos agentes institucionais posicionados de modo diverso na divisão de trabalho entre aparelhos encarregados de preservar a ordem pública. A análise dessa complexa teia de relações, que tem sido objeto privilegiado de investigação, permite colocar em destaque o reticulado de poder e cultura que

expressa, no interior das agências de controle social, tanto conflitos quanto acomodações e negociações.

A despeito dos diferentes enfoques teóricos, é possível classificar os estudos brasileiros em quatro categorias: (a) os que cuidam do movimento da criminalidade; (b) os que descrevem e problematizam o senso comum a respeito do perfil social dos autores de delitos; (c) aqueles que examinam a organização social do crime sob a perspectiva do delinqüente; e (d) os estudos que analisam políticas públicas penais.¹

O Movimento da Criminalidade

Os estudos que se preocupam com o movimento da criminalidade urbana têm por objeto a análise das tendências e características das práticas delituosas. Trata-se de saber, no curso de um lapso de tempo determinado, quais ocorrências policiais manifestaram crescimento ou retração, comparativamente a um período anterior, e de identificar possíveis causas ou fatores explicativos. Do ponto de vista sociológico, os estudos existentes procuram verificar se há correspondência entre a percepção coletiva do aumento da criminalidade — indicada sobretudo pelas pesquisas de opinião pública e pelo estudo coordenado por Zaluar (1989a) — e a ocorrência de crimes.² Mesmo considerando o comprometimento das fontes de informação, é possível identificar algumas tendências da criminalidade urbana nas grandes cidades brasileiras. Os estudos de Paixão (1983), Coelho (1978a e 1988a), Caldeira (1989) e Adorno (1991a), por exemplo, confirmam a

cializam e constroem carreiras delinqüenciais, constatação que revela a opção preferencial das agências de contenção e repressão ao crime pelos indivíduos já estigmatizados como delinqüentes — os mais pobres e negros, por exemplo (Chalhoub, 1986; Fausto, 1984; Oliveira, 1985; Oliven, 1982; Pينهiro, 1991a; Velho, 1987; Viana, 1987; Zaluar, 1986) —, disso resultando pressões no sentido da elevação dos coeficientes de reincidência criminal, que se supõem elevados (Abreu e outros, 1984a).

O Perfil Social dos Delinqüentes

Quem são, afinal, os autores de delitos? A essa indagação se dedicaram algumas investigações (Coelho, 1980; Paixão, 1983; Abreu e Bordini, 1985; Brant e outros, 1986; Adorno e Bordini, 1989).⁵ Tais estudos indicam que os delinqüentes são preferencialmente recrutados entre grupos de trabalhadores urbanos de baixa renda, o que significa que seu perfil social não difere do perfil social da população pobre. A crença de que os delinqüentes possuem uma natureza anti-humana, perversa e pervertida, resultado de sua suposta inferioridade racial, étnica, social e cultural, não se sustenta em qualquer das pesquisas realizadas. Observando presos recolhidos ao sistema penitenciário do Estado de São Paulo, Brant e outros (1986) concluíram que a imagem dos delinqüentes como indivíduos analfabetos, de pouca instrução ou habituados ao desemprego crônico não resiste à análise. De fato, os autores detectaram entre estes uma média abaixo de 3% de analfabetismo, dado que desmistifica a imagem, corrente no senso comum, de que “delinqüente não tem instrução”. Do mesmo modo, observou-se que 55% dos condenados estavam empregados no momento da prisão. Dos 45% desempregados, 37% haviam perdido o emprego há seis meses ou menos. O estudo conclui que “as prisões estão abarrotadas por presos que em sua maior parte tiveram história ocupacional definida, nos padrões do estrato ocupacional a que pertencem, tendo mantido empregos regulares nos diversos setores da vida econômica” (Brant e outros, 1986, p. 98). Os resul-

tados desse estudo são coincidentes com os alcançados também por Adorno e Bordini (1989) e Thompson (1983 e 1987).

Quanto à carreira delinqüencial, os dados disponíveis revelam que os delinqüentes se inclinam preferencialmente a cometer crimes contra o patrimônio, o que parece sugerir a importância que seus autores e/ou o aparelho policial atribuem a essa modalidade de prática delituosa (Abreu e Bordini, 1985). Revelam igualmente que à maior parte dos condenados pela Justiça criminal, pelo menos no Estado de São Paulo, foi imputada penas médias. Essa observação problematiza a imagem, também difundida no senso comum e estimulada pela imprensa e pela mídia eletrônica (Barros, 1980; Benevides, 1983), de terríveis delinqüentes, extremamente violentos, condenados a penas elevadíssimas, como se este fosse o perfil biográfico-penal de população encarcerada. Por conseguinte, tudo leva a crer que o problema essencial consiste em explicar por que motivos alguns indivíduos procedentes de um mesmo segmento populacional optam pela delinqüência, enquanto outros optam por construir uma trajetória de trabalhadores e cidadãos “normais”, questão que comporta ambigüidades essenciais, como o demonstra Foucault.⁶

A Organização Social da Delinqüência

Não se firmou ainda uma tradição de estudos sobre as peculiaridades da organização delinqüente — seus modos de ser, seu estilo de vida, o relacionamento com os outros e com a sociedade mais ampla. Quem mais se dedicou a este tema é a antropóloga Alba Zaluar. Abordando a identidade do delinqüente a partir da oposição “bandido” *versus* “trabalhador”, Zaluar (1985a) observou que o caleidoscópio de representações valorativas e depreciativas do trabalho torna ambas as identidades muito fluidas e ao mesmo tempo profundamente diferenciadas. Em trabalhos posteriores, dedicados à análise do crime e da criminalidade nas classes populares do Rio de Janeiro (Zaluar, 1986; 1987a; 1987b; 1989a; 1989b; 1989c; 1990a; 1990b; 1990c; 1991a; 1991b; 1991c; 1992; 1993a;

1993b e 1993c), a autora constatou, entre outras coisas: a existência de vários tipos de criminosos e de organizações criminosas, as quais estão cada vez mais próximas de um modelo empresarial; a presença de mulheres na delinquência e a entrada recente de jovens no tráfico de drogas, e a valorização, por esses jovens, da posse de arma, do controle da “boca de fumo”, do dinheiro no bolso, do uso de roupas bonitas, da disposição para matar e dos símbolos de poder, riqueza e prestígio. Seus estudos abordam também a guerra “ilegal” nos bairros populares das grandes cidades entre a polícia e os bandidos, identificados com os pobres; os processos pelos quais a quadrilha organizada se constitui em poder central nas favelas; o modo como os indivíduos ingressam no mundo do crime, assumindo uma identidade delinquente que, no limite, pode implicar o abandono progressivo e/ou absoluto do mundo do trabalho.

Zaluar discute ainda as mudanças que se vêm operando na subcultura criminosa, que transita do culto da “malandragem”⁷ ao culto da violência; da ojeriza ao trabalho à valorização do negócio rendoso; das relações de lealdade e solidariedade às relações de força decorrentes da difusão da arma de fogo e do poderio econômico. Segundo ela, esses resultados indicam a necessidade de se problematizar os esquemas teóricos que sustentam uma dicotomia entre “ordem na sociedade” e “desordem da favela”, já que a criminalidade adquire hoje a feição de crime organizado no tráfico de drogas e no jogo do bicho, bem como as teorias da “marginalidade” que supõem que os pobres se situam às margens da lei e da ordem, uma vez que entre os pobres há também concepções que diferenciam o moral do imoral, o legal do ilegal. Não há irreconciliáveis distinções entre o Código Penal e o código que rege a vida das favelas. Finalmente, ela chama a atenção para a necessidade de se problematizar a imagem idílica que fazem de si as instituições encarregadas do controle da ordem pública. Particularmente no caso da polícia, observa-se que as imagens e representações popula-

res sobre esta instituição ainda são muito negativas. A polícia é vista geralmente como instituição que humilha e reprime os trabalhadores pobres e se envolve com a delinquência (ver também Bretas, 1988 e 1992; Donnici, 1984; Fernandes, 1989; Lemgruber, 1987; Lima, 1989 e 1990; Minguardi, 1992 e Mott, 1987).

Políticas Públicas Penais

Entre os estudiosos brasileiros generaliza-se a tese de que não é possível compreender o movimento da criminalidade urbana ignorando o funcionamento das agências de controle e repressão ao crime. A não observância, pelos agentes encarregados de manter a ordem pública, dos princípios consagrados na lei destinados à proteção dos direitos civis é freqüentemente invocada, sobretudo pelas organizações de defesa dos direitos humanos, como a responsável pela situação de tensão permanente a que se vê relegado o sistema de justiça criminal (Adorno, 1992c; Americas Watch Committee, 1987 e 1989; Caldeira, 1991; Herkenhoff, 1987; Pinheiro e Braun, 1987). Um dos alvos privilegiados de estudo e reflexão tem sido o aparelho policial.

Estudando a organização policial em uma grande metrópole brasileira — sua estrutura formal e os usos que os policiais fazem de suas práticas institucionais —, Paixão (1982a) ressalta o caráter precário dos mecanismos formais de inspeção, a generalização de um modelo patrimonial de organização e a fragilidade das linhas de articulação entre a estrutura formal e as atividades práticas. No que concerne a estas últimas, o autor constata que elas são orientadas por algumas teorias acerca da “natureza” dos delinquentes e pelo estoque de conhecimentos empíricos disponíveis na organização. Trata-se de uma “lógica-em-uso” nos meios policiais que consiste em um conjunto de categorizações dos possíveis delinquentes e das modalidades de ação delinqüencial, de métodos destinados a colocar em destaque evidências, que implicam o estabelecimento de uma rede de informantes para operacionalizar a investigação policial. O resultado desse confronto entre a organização formal e a cultura organi-

zacional é a desqualificação do império da lei, uma vez que esta é freqüentemente considerada pelo agente policial antes um obstáculo do que uma garantia efetiva de controle social. Auto-representados como purificados da sociedade, os agentes policiais contribuem para rotinizar os métodos ilegais de investigação, apelando não raramente a torturas ou mesmo a execuções sumárias (Americas Watch Committee, 1987 e 1993; Pinheiro e outros, 1991) e estimulando a criminalização de segmentos populacionais pouco preparados para assegurar seus direitos civis contra o arbítrio da organização. Este aspecto vem sendo tematizado sobretudo nos estudos de Paulo Sérgio Pinheiro (Pinheiro, 1979; 1981; 1982; 1983 e 1984; Pinheiro e Sader, 1985; e Pinheiro e outros, 1991).

Tensões entre essas esferas de organização podem ser observadas igualmente no âmbito do aparelho judiciário. De um lado, o domínio abstrato e idealizado da lei, inscrito nos códigos, ensinado nos livros e nas academias, e proclamado solenemente nos tribunais. De outro, a aplicação cotidiana dos preceitos legais, que se tornam objeto de disputa e negociação entre diferentes atores que, enredados nas teias da moralidade, interpretam tais preceitos segundo interesses particulares e conforme as necessidades de funcionamento da organização. Deste confronto decorrem algumas implicações. Primeiro, uma tensão permanente entre a idéia das pessoas concebidas como entidades morais e a realidade das hierarquias de riqueza e poder. Segundo, uma tensão entre lei, segurança e ordem. Terceiro, e como decorrência das implicações anteriores, uma visão do sistema de justiça criminal como frouxamente articulado, carente de eficácia e incapaz de realizar as finalidades para os quais foi criado e existe (Paixão, 1988).

Embora o acervo de estudos sobre a Justiça criminal na sociedade brasileira seja exíguo, nos últimos anos alguns de nossos antropólogos, historiadores e sociólogos vêm se dedicando à pesquisa de práticas judiciárias (Correa, 1983; Fausto, 1984; Chalhoub, 1986; Esteves, 1986; Herkenhoff, 1987). Em

pesquisa que teve por objeto empírico as práticas jurídicas de julgamento de crimes contra a vida, matéria dos tribunais de júri,⁸ verificou-se que o desfecho processual é resultado de uma operação complexa para a qual concorrem fundamentos objetivos e subjetivos. Por um lado, não se pode ignorar os fundamentos de ordem institucional e burocrática, as características de organização e funcionamento do tribunal do júri, os determinantes legais e processuais consagrados nos códigos e estatutos, o jogo de papéis entre os diferentes manipuladores técnicos⁹ e protagonistas, demarcados por suas posições de acusadores ou defensores, de vítimas ou agressores. Outra, todavia, é a leitura que se pode obter quando estão em jogo móveis subjetivos. Nesse âmbito, parece que se julga coisa bem diversa do que o crime praticado. Cuida-se do mundo dos homens, de seus comportamentos, desejos, modos de ser, virtudes e fraquezas, qualidades e vícios. Nessa leitura, descortina-se o universo da cultura. O que está no centro do cenário é menos a proteção da propriedade ou da vida; o que divide os manipuladores técnicos e protagonistas é a proteção dos modelos jurídicos de relações entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, trabalhadores e não-trabalhadores, modelos contra os quais resistem os protagonistas e a realidade dos fatos (Adorno, 1991e).¹⁰

Mas, é no âmbito das prisões que os impasses enfrentados pelas políticas públicas penais parecem adquirir acento privilegiado. Em pesquisa que teve por objeto as políticas públicas penais implementadas pelo governo do Estado de São Paulo no período 1950-85, Adorno e Fischer (1987a e 1987b), após examinarem o discurso político e descreverem as práticas de gerenciamento da massa carcerária, mostraram que a tônica dominante das políticas públicas penais tem sido a de promover a segregação e o isolamento dos sentenciados, mediante um programa deliberado de aumento progressivo da oferta de novas vagas no sistema penitenciário. Seus efeitos podem ser elencados: ampliação da rede de coerção; superpopulação carcerária;

administração inoperante; enrijecimento da disciplina sem lograr o controle da escalada da violência e da sucessão de rebeliões nos últimos anos; timidez das medidas de alcance técnico, incompatíveis com o programa de expansão física; impossibilidade de se alcançar uma política coordenadora da execução penal; falta de explicitação de objetivos, o que se manifesta na ausência de um programa articulado, integrado e sistemático de intervenção; confrontos entre grupos que disputam influência sobre o poder institucional, cujo efeito é reforçar a ideologia da ordem e da segurança, da vigilância e da disciplina. Este conjunto de problemas conflui para o mesmo ponto: a reconhecida incapacidade e incompetência do poder público para gerenciar amplas massas carcerárias, tese também subjacente ao estudo patrocinado pela Fundação João Pinheiro (1984) e cujos resultados foram parcialmente publicados em Paixão (1987) e Coelho (1987a).¹¹ (Ver também Camargo, 1984; Catão e Sussekind, 1979; Fundap, 1991a; Góes, 1991; Lemgruber, 1983; Marques Jr., 1991; Paixão, 1984; Pinto, 1990; Ramalho, 1983; Rocha, 1984; Souza, s.d. e 1980b; Vincentin, 1992).

Resultados não muito diferentes podem ser encontrados quando o foco dos estudos se dirige para as instituições de amparo, proteção e tutela dos jovens que enveredam pela delinquência, instituições caracterizadas por uma extrema ambigüidade: ao mesmo tempo em que devem se apresentar como uma verdadeira cidade onde reina a ordem e a harmonia, supõem muros altos e todo um rígido sistema de segurança que impeça fugas e rebeliões. Caracterizam-se, tais como as prisões, pela opressão dos registros, das classificações institucionais, da vigilância cerada, do despojamento de valores culturais concretos. No interior dessa ambigüidade institucional, crianças e adolescentes realizam subjetivamente a sua: um misto de decência e malandragem. Por um lado, devem se resignar diante da violência institucional, oferecendo sinais diários de sua "recuperação", como acompanhar as rotinas diárias, realizar trabalho produtivo, ir à escola, cola-

borar com os agentes da ordem. Por outro lado, não podem se afastar do território delinqüente. Devem atualizar o repertório delinqüente, ampliar o raio de ação e de contatos, tornar-se cada vez mais audaciosos. Criam-se assim os vínculos entre as agências de repressão ao crime e esse segmento jovem da população urbana. O resultado não pode ser senão a reprodução de um mesmo destino, encerrado em si próprio como uma sorte de história circular: a delinquência e a violência (Adorno, 1991c; Alvim e Valladares, 1988; Arruda, 1983; Bierrenbach e outros, 1987; Cebap, 1972; Guirado, 1980 e 1986; Ferreira, 1979; Fundap, 1991b; Queiroz, 1984; Silva e outros, 1988; Violante, 1983 e 1984).

Conclusões

Como sublinha Paixão (1988), o nexos entre políticas públicas de segurança e justiça e a institucionalização da democracia repousa na legalidade enquanto fundamento da ordem social. O problema básico reside na "articulação entre democracia, burocracias públicas de controle social e as formas legais das quais resultam tanto a criminalização de classes de comportamento quanto a garantia das liberdades civis e a limitação efetiva do arbítrio do poder político e de suas agências" (Paixão, 1988, p. 179). Trata-se, por conseguinte, de diluir a tensão permanente entre lei e ordem, entre legalidade e moralidade, de que é particularmente tributária a sociedade brasileira. Essa tarefa política reclama portanto uma nova racionalidade jurídica capaz de consolidar uma efetiva justiça social.

Os estudos brasileiros, a despeito de seus diferentes enfoques teóricos e temáticos, têm avançado nesse sentido, sobretudo por se distanciarem, mais recentemente, do "clássico" debate entre soluções que apelam para a justiça distributiva e outras que recorrem à justiça retributiva.¹² Eles têm sugerido que a contenção democrática da criminalidade urbana não se resume à diminuição das desigualdades sociais ou ao mero enrijecimento das medidas dissuasórias. Cabe redirecionar o olhar para a importância crescen-

te, nas sociedades democráticas, do pluralismo jurídico e da norma às expensas do sistema judicial centrado na lei. Esse entendimento supõe a institucionalização de um novo regime jurídico que introduza outros princípios de avaliação e julgamento, voltado para a atribuição de responsabilidade a um coletivo — a sociedade —, o que promove um deslocamento considerável na racionalidade subjacente ao direito de punir: o valor

fundamental atribuído à liberdade cede lugar ao valor atribuído à vida. É para essa mudança de horizonte que parecem apontar os estudos cujo balanço este pequeno ensaio se propôs a fazer.

(Recebido para publicação
em junho de 1993)

Notas

- * Originalmente publicado em Ph. Robert (org), *Les politiques de prévention de la délinquance a l'aune de la recherche*, Paris, L'Harmattan, 1991, pp. 29-41. Na presente versão, atualizou-se o anexo bibliográfico com base em "Núcleo de Estudos da Violência. Cem anos de violência (polícia, justiça e prisões no Brasil: 1889-1989)", *Dossiê NEV*, n. 5, 1992 (no prelo).
1. Embora se possa dizer que as preocupações com o crescimento da criminalidade urbana datem do século passado, o interesse científico por esta questão aflorou no início da década de 1970. Certamente, a vigência do autoritarismo político, responsável pela exacerbção dos conflitos em diferentes áreas da vida social, contribuiu para despertar a atenção dos cientistas sociais para tal problema. Neste balanço dos estudos brasileiros, privilegio a produção de conhecimento realizada nos centros de investigação e universidades nos últimos 25 anos. Privilegio também um recorte disciplinar específico: os estudos realizados no campo das ciências sociais, da história e da psicologia social.
 2. Como se sabe, a fonte que subsidia esses estudos são estatísticas oficiais de criminalidade que comportam não poucos problemas, entre os quais a suspeição de elevadas "cifras negras", a intervenção de critérios burocráticos de avaliação de desempenho administrativo, as "negociações" paralelas entre vítimas, agressores e autoridades, a implementação de políticas determinadas de segurança pública. Ver, a propósito, Paixão (1983) e Coelho (1987b).
 3. Compõem a chamada criminalidade urbana violenta ocorrências de crimes contra o patrimônio (roubos e latrocínios); contra a vida (homicídios dolosos); contra a saúde pública (tráfico e uso de drogas); contra os costumes (estupros), além das contravenções penais (porte ilegal de armas). Incluem-se nessa categoria tanto as tentativas quanto os atos consumados. O legislador brasileiro diferenciou crimes de contravenções penais. Categorizou como crimes os comportamentos considerados mais graves, reservando-lhes penas de reclusão que atingem até o máximo de trinta anos. São consideradas contravenções penais comportamentos menos graves, para as quais se aplicam penas de multa e de detenção de curta duração.
 4. Ver também Adorno e Fischer (1987a) que, analisando as políticas penitenciárias formuladas e implementadas pelo governo do Estado de São Paulo no período 1950-85, demonstram que as orientações imprimidas à polícia judiciária e à polícia de repressão influenciaram decisivamente o comportamento dos tribunais judiciais e o movimento das prisões.
 5. Essas pesquisas, via de regra, são realizadas com base em dados secundários, extraídos de fontes oficiais, sejam estatísticas ou fichas cadastrais — no que encontram as mesmas limitações anteriormente apontadas. Uma exceção é a pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP (Brant e outros, 1986), que colheu in-

formações diretamente dos condenados recolhidos nos estabelecimentos que compõem o sistema penitenciário do Estado de São Paulo.

6. Cf. M. Foucault, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp. 129-43.
7. O "clássico" malandro, em cidades como o Rio de Janeiro, era caracterizado até há pouco tempo como o delinqüente habilidoso, inteligente, que agia de modo autônomo, apoiando-se exclusivamente em qualidades pessoais, sem recorrer necessária e gratuitamente à violência.
8. No Brasil, os crimes contra a vida, capitulados nos artigos 121 a 128 do Código Penal, constituem matéria de competência dos tribunais de júri. Entre esses crimes incluem-se os homicídios dolosos, sejam tentativas ou atos consumados.
9. Consideram-se manipuladores técnicos os agentes encarregados da apuração da responsabilidade penal: investigadores, escrivães, delegados, advogados de defesa, promotores, juízes e técnicos que atuam nas diferentes fases do processo penal, seja como peritos, assistentes da defesa ou acusação, profissionais incumbidos de implementar diretrizes operacionais, psicólogos, assistentes sociais ou terapeutas. Consideram-se protagonistas os agressores, as vítimas e as testemunhas.
10. Recentemente, uma coletânea organizada por Faria (1989) traz importante reflexão sobre o Poder Judiciário em suas múltiplas dimensões: dinâmica política, organização burocrática, compromissos ideológicos, formação dos magistrados. Reunindo contribuições de diferentes autores, a coletânea examina três grandes temas: a crise do modelo liberal de direito e de Estado, as contradições do modelo liberal de administração da justiça e a democratização do Judiciário.
11. Análise do efeito das políticas penais sob a ótica dos delinqüentes encontra-se em Ramalho (1983) e Adorno e Bordini (1991).
12. Para um entendimento desse debate, ver Coelho (1988a). Uma interpretação diferente do debate sobre as medidas de contenção da violência urbana pode ser encontrada em Zaluar (1989a).

Bibliografia

- Abreu, Sérgio e Bordini, Eliana.
1985 "Estimativa da reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(1), pp. 11-29.
1987 "Migração e criminalidade." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 1(2), pp. 36-8.
- Abreu, Sérgio e outros.
1984a "Estimativa da reincidência criminal." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(1), pp. 49-69.
1984b "Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(2), pp. 101-17.
- Adiala, Júlio César.
1986 "A criminalização dos entorpecentes." In *Seminário Crime e Castigo*, 1, Rio de Janeiro, 1985. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 58-87.
- Adorno, Sérgio.
1989a Violência urbana e justiça criminal. Relatório parcial de pesquisa, São Paulo, Cedec, mimeo, 35 p.

- 1989b "Violência urbana e justiça criminal: o ponto de vista dos cientistas sociais." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4), pp. 17-20.
- 1990 "A gestão filantrópica da pobreza urbana." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 4(2) 8-17.
- 1991a O sistema de administração da justiça criminal. (Fragmentação e conflito no caso paulista). Relatório de pesquisa, convênio Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo/NEV-USP, São Paulo, NEV-USP, mimeo.
- 1991b "O sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios." *Revista USP*, São Paulo, 9/65-78.
- 1991c "A experiência precoce da punição." In J. de S. Martins (org.), *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*, São Paulo, Hucitec, pp. 181-208.
- 1991d "A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola." *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 79, pp. 76-80.
- 1991e "Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 33, pp. 145-56.
- 1992a "Democracia x violência ou da dificuldade brasileira de lidar com a diferença." *Ponto e vírgula*, Porto Alegre, ano II, 6/24-8.
- 1992b "Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, V(33)/18-26.
- 1992c Criminal violence in modern brazilian society. *Paper* apresentado na International Conference on Social Changes, Crime and Police, Budapeste, 1-4 de junho, 12p.
- Adorno, Sérgio e Bordini, Eliana
- 1989 "Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, 9(3)/70-94.
- 1991 "A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo." *Cadernos*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 3/113-47, sér.II.
- Adorno, Sérgio e Fischer, Rosa M.
- 1987a Análise de sistema penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade social. Relatório de pesquisa, São Paulo, CEDEC, mimeo, 2 vols.
- 1987b "Políticas penitenciárias, um fracasso?" *Lua Nova (Cultura e Política)*, São Paulo, 34/70-9.
- Adorno, Sérgio e Kahn, Túlio.
- 1993 "Pena de morte: para que e para quem serve esse debate?" *Vozes Cultura*, São Paulo, 87(3)/14-30.
- Alvim, Rosilene e Valladares, Lícia.
- 1988 "Infância e adolescência no Brasil: uma análise da literatura." *BIB*, 26/3-37.
- Americas Watch Committee.
- 1987 Violência policial no Brasil. Execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo, OAB-SP/NEV-USP e outros, 71p.
- 1989 Condições das prisões no Brasil. São Paulo, OAB-SP/NEV-USP e outros, 70p.
- 1991 Violência rural no Brasil. São Paulo, NEV-USP/Comissão Teotônio Vilela, 143p.
- 1992a Injustiça criminal x a violência contra a mulher no Brasil. São Paulo, Americas Watch, 70p.
- 1992b The struggle for land in Brazil. Rural violence continues. Washington, Americas Watch, 75p.
- 1993 Violência policial urbana no Brasil. Mortes e tortura pela polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, 1987-1993. New York/São Paulo, Americas Watch/NEV-USP, 50p.

- Amorim, Carlos
1993 *Comando Vermelho*, Rio de Janeiro, Record.
- Andrade, Luciana Teixeira de.
1986 "Aventureiros e vadios." *In* Seminário Crime e Castigo, 1, Rio de Janeiro, 1985. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 37-57.
- Antunes, Eduardo Muiyaert
1988 "Reflexões sobre a batalha no morro Dona Marta." *OAB. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 43-48/15-23.
- Ardaillon, Danielle e Debert, Guita G.
1987 Quando a vítima é mulher. (Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio). Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)/Centro de Estudos e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC).
- Arruda, Reinaldo.
1983 *Pequenos bandidos*. São Paulo, Global.
- Associação Cultural do Arquivo Edgar Leuenroth
1990 *Trabalhadores. Classes perigosas*. Campinas/São Paulo, Arquivo Edgar Leuenroth/Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo.
- Azevedo, Maria Amélia.
1985 *Mulheres espancadas. A violência denunciada*. São Paulo, Cortez.
- Barcellos, Caco.
1992 *Rota 66. A história da polícia que mata*. São Paulo, Globo.
- Barreira, César.
1992 "Le pistoler et la politique." *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 17/35-52.
- Barros, José Manuel de Aguiar.
1980 "A utilização político-ideológica da delinquência." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 20/11-9.
1984 "O reino do crime." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 4/96-104.
- Batista, Nilo.
1990 "Alternativas à prisão no Brasil." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano 1, 1(4)/73-7.
- Batista, Nilo e outros.
1980 "Violência e criminalidade urbana." *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 23(3)/163-222.
- Benevides, Maria Victória.
1981 "Violência através da imprensa: linchamentos e justiça popular." *Espaço & Debates*, São Paulo, 1(3)/55-80.
1982 "Linchamentos: violência e justiça." *In* vários autores, *A violência brasileira*, São Paulo, Brasiliense.
1983 *Violência, povo e polícia. (Violência urbana no noticiário de imprensa)*. São Paulo, Brasiliense.
1985 "No fio da navalha: o debate sobre a violência urbana." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/71-6.
- Benevides, Maria Victória e Fischer, Rosa M.
1983 "Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil." *In* P. S. Pinheiro (org.), *Crime, violência e poder*, São Paulo, Brasiliense.

- Bierrenbach, Maria Inês e outros.
1987 *Fogo no pavilhão. (Uma proposta de liberdade para o menor)*. São Paulo, Brasiliense.
- Bicudo, Hélio.
1978 *O Direito e a Justiça no Brasil*. São Paulo, Símbolo.
1982 *Direitos Cívicos no Brasil, existem?* São Paulo, Brasiliense.
1990 "A 'mão armada' da classe dominante." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/5-12.
- Boschi, Renato (org.)
1982 *Violência e cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Brant, Vinícius C. e outros.
1986 O trabalhador preso no Estado de São Paulo. São Paulo, CEBRAP (trabalho realizado sob contrato da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso), mimeo 248p.
- Bretas, Marcos Luiz.
1985 "Policiar a cidade republicana." *Revista OAB-RJ*, Rio de Janeiro, 22/47-60.
1988 A Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, Rio de Janeiro, mimeo.
1989 "Navalhas e capoeiras: uma outra queda." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro 10(59)/56-64.
1991 "A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras)." *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 20/239-55.
1992 "O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente." *BIB*, 32/49-61.
- Caldeira, Teresa P. do R.
1989 "Ter medo em São Paulo." In V. C. Brant (org.), *São Paulo. Trabalhar e Viver*, São Paulo, Brasiliense/Comissão Justiça e Paz, pp. 151-67.
1991 "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?" *Novos Estudos*, São Paulo, Cebap, 30/162-74.
1992a City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo. Ph.D. Dissertation on Anthropology, Graduate Division of the University of California at Berkeley.
1992b Crime and individual rights: re-fleming the question of violence in Latin America. Paper preparado para o seminário Derechos Humanos, Justicia y Sociedad, promovido pela seção latino-americana do Social Research Council, Buenos Aires, outubro.
1993 "Comentários a partir do artigo 'A violência política na América Latina'." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, ano 8, 21/44-7.
- Camargo, Maria Soares de.
1984 *Terapia penal e sociedade*. Campinas, Papirus.
1989a "A prisão na sociedade industrial." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(1)/33-41.
1989b "Vigiar e punir, a reforma penal e a pastoral carcerária católica." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(2)/77-86.
- Cardoso, Fernando Henrique.
1980 "Violência e reação." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 24/211-3.
- Cardoso, Ruth.
1987 "A violência dos outros." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/4-6.

- Carrara, Sérgio.
 1986 "Os mistérios de Clarice: cenografia de um crime na avenida." *In* Seminário Crime e Castigo, 1, Rio de Janeiro. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 39-63.
- 1989 "Casos e acasos: o crime de um certo Custódio e o surgimento do manicômio judiciário no Brasil." *Cadernos IMS*, Rio de Janeiro, 3(1)/71-107.
- 1990 "A ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 15(1)/82-105.
- 1991 "Singularidade, igualdade e transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 6(16)/80-8.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de.
 1988 "Guerra no Rio." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 11/88-101.
- Castro, Myrian Mesquita Pugliese de.
 1991a "Ciranda do medo. Controle e dominação no cotidiano da prisão." *Revista USP*, São Paulo, 9/57-64.
- 1991b "Estado e sociedade — a violação do direito à vida." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 33/157-70.
- 1993 "Assassinato de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 36/81-102.
- Catão, Yolanda e Sussekind, Elizabeth.
 1979 *Os direitos do preso*. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Penais.
- Cavalcante, Adalberto de L.
 1983 "Considerações em torno do problema carcerário no Brasil." *Cultura Política*, Rio de Janeiro, 3(26)/91-3.
- Celem, Rosângela.
 1983 *As relações sociais em prisão do tipo semi-aberta: uma experiência em serviço social*. São Paulo, Cortez.
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)
 1972 *A criança, o adolescente e a cidade*. São Paulo, Cebrap.
- Cerqueira Filho, Gisálio e Neder, Gizlene.
 1983 "A violência na boca do povo." *Direito e Avesso*, Brasília, ano II, n.º 3.
- 1987 *Brasil violência & conciliação no dia-a-dia*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor.
- Chalhoub, Sidney.
 1986 *Trabalho, lar e botequim. (O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque)*. São Paulo, Brasiliense.
- Coelho, Edmundo Campos.
 1978a *A ecologia do crime*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional Justiça e Paz/Educam.
- 1978b "A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade." *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2).
- 1980 "Sobre sociólogos, pobreza e crime." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 23(3)/377-83.
- 1987a *A oficina do diabo. (Crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ.

- 1987b "A criminalidade urbana violenta." *Série Estudos*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n.º 60.
- 1988a "A criminalidade urbana violenta." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 31(2)/145-83.
- 1988b "Da Falange Vermelha a 'Escadinha'. O poder nas prisões." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 11/106-114.
- Correa, Mariza.
1983 *Morte em família. (Representações jurídicas de papéis sexuais)*. Rio de Janeiro, Graal.
- Costa, Jurandir Freire.
1986 *Violência e psicanálise*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, Graal.
- Cruz, Hermes Bittencourt.
1992 "O policial militar e os meninos de rua." *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Academia de Polícia, 10(33)/11-7.
- Cury, Munir; Amaral e Silva, Antônio Fernando do e Mendez, Emílio Garcia (coords.).
1992 *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. Cometários jurídicos e sociais*. São Paulo, Malheiros.
- Cusinato, Ricardo.
1982 O espaço da penitenciária de Araraquara. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, USP, São Paulo, mimeo.
- Dias, Francisco.
1990 *A república fechada: as prisões no Brasil*. São Paulo, Ícone.
- Dimenstein, Gilberto.
1990 *A guerra dos meninos. Assassinatos de menores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
1992 *Meninas da noite. A prostituição de meninas-escravas no Brasil*. São Paulo, Ática.
- Donnici, Virgílio L.
1978 "Criminalidade e Estado de Direito." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 5/201-35.
1984 *A criminalidade no Brasil (Meio século de repressão)*. Rio de Janeiro, Forense.
- Dornelles, João Ricardo Wanderley.
1986 "Violência urbana, criminalidade e controle social no Brasil." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde. 3(2)/207-13.
- Emediato, Luis Fernando.
1982 *Geração abandonada*. 3.ª ed., São Paulo, Global.
- Escobar, Carlos H. de.
1973 "As instituições e o poder." *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 35/3-33.
- Esteves, Marta de Abreu.
1986 Em nome da moral e dos bons costumes: discursos jurídicos e controle social. In Seminário Crime e Castigo. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, PA2, pp. 1-20.
1989 *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Evangelista, Maria Dora R.
1983 *Prisão aberta: volta à sociedade*. São Paulo, Cortez.
- Faria, José Eduardo (org.).
1989 *Direito e justiça. A função social do Judiciário*. São Paulo, Ática.

- Faria, José Eduardo.
1993 Marginalidade e violência no espaço urbano latino-americano: as instituições jurídico-penais de controle social em São Paulo. Trabalho preparado para o projeto Marginalidad y Violencia en el Espacio Urbano Latinoamericano, São Paulo, *mimeo*, 71p.
- Fausto, Boris.
1984 *Crime e cotidiano. (A criminalidade em São Paulo, 1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense.
- Feiguin, Dora.
1985 "Criminalidade violenta: algumas hipóteses explicativas." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 1(2)/23-6.
- Feiguin, Dora e Bordini, Eliana.
1987 "Reflexões sobre a violência contra a mulher." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 1(2)/39-44.
- Fernandes, Heloísa Rodrigues.
1973 *Política e segurança*. Rio de Janeiro, Alfa-Ômega.
1989 "Rondas à cidade: uma coreografia do poder." *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 1(2)/121-34.
1991 "Violência e modos de vida: os 'justiceiros'." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 33/135-44.
- Ferreira, Rosa Maria Fischer.
1979 *Meninos de rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, Comissão Justiça e Paz/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.
- Fischer, Rosa Maria.
1985 *O direito da população à segurança*. Petrópolis, Vozes.
- Fonseca, Guido.
1988 *Crimes, criminosos e criminalidade em S. Paulo (1870-1950)*. São Paulo, Resenha Tributária.
- Freitas, Renan S.
1984 "Prostitutas, cafetinas e policiais: a dialética das ordens opostas." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 27(2)/199-214.
1985 "Reversões hierárquicas e eclosões de conflitos em prisões." *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 19/27-37.
- Fry, Peter.
1985 "Direito positivo versus direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho." In Sérvulo Figueira (org.), *A cultura da psicanálise*, São Paulo, Brasiliense.
- Fry, Peter e Carrara, Sérgio.
1986 "As vicissitudes do liberalismo no Direito Penal Brasileiro." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, 1(2)/48-54.
- Fukui, Lia.
1991 "Estudo de caso de segurança nas escolas públicas estaduais de São Paulo." *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 79/68-76.
- Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap).
1991a Assistência social. Sistema carcerário. Documentos de Trabalho DT/QS 4, São Paulo, Fundap, 92p.

- 1991b Infância e adolescência carentes. Documentos de Trabalho DT/QS 7, São Paulo, Fundap, 143p.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).
1987 *Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência*. São Paulo, Fundação SEADE/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Góes, Eda Maria.
1991 *Rebeliões carcerárias: a recusa das grades. Estudo das rebeliões ocorridas nos presídios paulistas no período de 1982/6*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis, mimeo.
- Gonzalez, Hector.
1984 "Tratamento para eles? (Formas de relato da violência urbana)." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(1)/25-37.
- Guirado, Marlene.
1980 *O menor e a FEBEM*. São Paulo, Perspectiva.
1986 *Instituição e relações afetivas. (O vínculo com o abandono)*. São Paulo, Summus.
- Heilborn, Maria Luíza.
1987 "Cidadania para as mulheres." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/13-5.
- Herkenhoff, João Batista.
1979 "Os direitos humanos e sua proteção jurisdicional." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 7/229-59.
1987 *Crime, tratamento sem prisão*. Petrópolis, Vozes.
- Huggins, Martha K.
1992a "O vigilantismo e o Estado: uma vista para o Sul e para o Norte." *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Academia de Polícia, 11/18-39.
1992b "O direito e a transição para a democracia na América Latina". *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Academia de Polícia, 10(34)/21-33.
- Jesus, Damásio Evangelista (org.).
1980 *Violência e criminalidade: Propostas de solução*. Rio de Janeiro, Forense.
- Lemgruber, Julita.
1983 *Cemitério dos vivos. Análise sociológica de uma prisão*. Rio de Janeiro, Achiamé.
1986 "Polícia, direitos humanos e cidadania: notas para um estudo." In *Seminário Crime e Castigo*, 1, Rio de Janeiro. Papéis Avulsos. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 21-38.
1987 "A face oculta da ação policial." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28) /24-6.
1989 "Reincidência e reincidentes penitenciários no Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(2)/45-76.
- Lima, Elça Mendonça.
1983 *Origem da prisão feminina no Rio de Janeiro. O período das freiras (1942-1955)*. Rio de Janeiro, OAB/RJ.
- Lima, Roberto K. de.
1989 "Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, 10(4)/65-84.
1990 "Constituição, direitos humanos e processo penal inquisitorial: quem cala, consente?." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 33(3)/471-88.

- Lima, William da Silva.
1991 *Quatrocentos contra um. Uma história do Comando Vermelho*. Rio de Janeiro / Petrópolis, ISER/Vozes.
- Lisbona, Diane
1968 "Sobre o sistema penitenciário na Guanabara." *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 10(49)/82-97.
- Lopes, José Reinaldo de Lima.
1988 "A função política do Poder Judiciário." In José Eduardo Faria (org.), *Direito e Justiça: A função social do Judiciário*, São Paulo, Ática.
- Machado da Silva, Luiz Antônio.
1993 "Violência urbana: representação de uma ordem social." In *Natureza, história e cultura: repensando o social, Cadernos de Sociologia*, Número especial, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, vol. 4, pp. 145-55. Ver também in Elimar P. do Nascimento e Irllys Alencar F. Barreira (orgs.), *Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem*, Rio Janeiro/Fortaleza, Notrya/Sudene/Universidade Federal do Ceará, pp. 131-42.
- Machado da Silva, Luiz Antônio e Chinelli, Filippina.
1993 "O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho." *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UERJ, ano I, 1/42-52.
- Marques, João Benedito de Azevedo.
1976 *Marginalização: menor e criminalidade*. São Paulo, Mc Graw-Hill.
- Marques, João Benedito de Azevedo e Machado, Marcello L.
1993 *História de um massacre. Casa de Detenção de São Paulo*. São Paulo/Brasília, Cortez/Ordem dos Advogados do Brasil.
- Marques Jr., Gessé.
1991 A vida no fio: crime e criminalidade num albergue. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP, Campinas, mimeo.
- Martins, José de Souza.
1990 "Linchamentos: a vida por um fio." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/21-8.
1992 *Subúrbio. Visão cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo, Hucitec.
- Menandro, Paulo Rogério M.
1984 "A questão carcerária: um problema técnico?" *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 36(3)/62-89.
- Minas Gerais. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Projetos III
1984 Caracterização da população prisional de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, mimeo.
- Minguardi, Guaracy.
1992 *Tiras, gansos e trutas. Cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo, Página Aberta.
- Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
1988a "Sistema penitenciário brasileiro. As prisões no Norte do país." *Revista de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, 1(1)/6-68.
1988b "Sistema penitenciário brasileiro. As prisões no sul do país." *Revista de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, 1(2)/253-309.

- Misse, Michel e Motta, D.
1982 *Crime: o social pela culatra*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- Morais Filho, Antônio Evaristo.
1988 "Principado da Rocinha: apenas o fio da meada." *OAB. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 43/48/24-39.
- Mott, Luiz.
1987 "Heranças da Inquisição." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/15-6
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).
1991 *Vidas em risco. Assassinato de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, MNMMR/IBASE/NEV-USP.
- Muakad, Irene Batista.
1984 *Prisão albergue*. São Paulo, Cortez.
- Nascimento, Tânia Moraes.
1991 "Militarização do sistema penitenciário." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano II, 2(7)/84-121.
- Neder, Gizlene.
1987 Criminalidade, justiça e mercado de trabalho no Brasil Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, mimeo.
1993 "Em nome de Tánatos. Aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil." *Cadernos do CEUEP*, Rio de Janeiro, Centro Unificado de Ensino e Pesquisa, Gabinete do Vice-Governador, n.º 1, 22p.
- Núcleo de Estudos de Pesquisa sobre a Infância (UFRJ) e Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA).
1991 Da violência contra o "menor" ao extermínio de crianças e adolescentes. Pesquisa realizada sob a coordenação de Maria Rosilene Barbosa Alvim, Rio de Janeiro, Ministério da Ação Social/FCBIA, 115p.
- Oliveira, Luciano.
1985 "Polícia e classes populares." *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 1(1)/85-96.
- Oliveira, Luciano e Pereira, Affonso.
1987 "A polícia na boca do povo e a percepção social do combate à violência." *Symposium, Revista da Universidade Católica de Pernambuco*, Recife, 29(2)/31-47.
- Oliveira, Odete Maria de.
1984 *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis, UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
- Oliven, Ruben.
1980 "A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 23(3)/371-6.
1982 "Chame o ladrão, as vítimas da violência no Brasil." In R. Boschi (org.), *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
1983 *Violência e cultura no Brasil*. 2.ª ed., Petrópolis, Vozes.
- Ordem dos Advogados do Brasil. Seção de São Paulo. Comissão de Direitos Humanos.
1993 *Execuções sumárias de menores em São Paulo*. São Paulo, Departamento Editorial da OAB-SP.

- Paixão, Antonio Luiz.
- 1982a "A organização policial numa área metropolitana." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 25(1)/63-85.
- 1982b "Crimes e criminosos em Belo Horizonte: uma exploração inicial das estatísticas oficiais de criminalidade." In Renato Boschi (org.), *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- 1983 "Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978." In P. S. Pinheiro (org.), *Crime, violência e poder*, São Paulo, Brasiliense.
- 1984 "Uma saga carcerária." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/97-100.
- 1987 *Recuperar ou punir? (Como o Estado trata o criminoso)*. São Paulo, Ática.
- 1988 "Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia." In G. O'Donnel e F. W. Reis (orgs.), *A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.
- 1990 "A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias políticas e linguagens e..." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 15(1)/68-81.
- 1991a "Segurança privada, direitos humanos e democracia." *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 31/131-41.
- 1991b "Polícia e segurança pública." *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9(30)/27-41.
- Paoli, Maria Célia.
- 1982 "Violência e espaço civil." In vários autores, *Violência brasileira*, São Paulo, Brasiliense.
- Passeti, Edson e outros.
- 1982 *O mundo do menor infrator*. São Paulo, Cortez.
- Pastore, José e outros.
- 1991 *Crime e violência urbana*. São Paulo, IPE/USP.
- Perruci, Maud Fragoso de Albuquerque.
- 1983 *Mulheres encarceradas*. São Paulo, Global.
- Pezzin, Lilian.
- 1986 *Criminalidade urbana e crise econômica*. São Paulo, IPE/USP.
- Pietá, Elói e Pereira, Justino.
- 1993 *Pavilhão 9. O massacre do Carandiru*. São Paulo, Página Aberta.
- Pinheiro, Paulo Sérgio.
- 1979 "Violência do Estado e classes populares." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 22(3)/5-24.
- 1981 "Violência e cultura." In B. Lamounier, F. C. Weffort e M. V. Benevides (orgs.), *Direito, cidadania, participação*, São Paulo, T. A. Queiroz.
- 1982 "Política e crise política: o caso das Polícias Militares." In vários autores, *A violência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, pp. 57-91.
- 1983 "Violência sem controle e militarização da polícia." *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 2(1)/8-12.
- 1983 (org.) *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense.
- 1984 *Escritos indignados*. São Paulo, Brasiliense.
- 1991a "Autoritarismo e transição." *Revista USP*, São Paulo, 9/37-56.
- 1991b The legacy of authoritarianism: violence and the limits of democratic transitions. Paper apresentado no XVI International Congress of the Latin American Studies Association, Washington, D.C., 4-6 de abril, 10p.

- 1991c Democratic transitions and the legacy of authoritarianism in Brazil. *Paper* apresentado na International Political Science Association — IPSA XV, World Congress, Buenos Aires, 21-25 de julho.
- 1991d Democracia, derechos humanos y desarrollo economico y social: obstaculos y resistencias. El caso de Brasil. Trabalho apresentado no seminário latino-americano Derechos Humanos, Democracia, Desarrollo Económico y Social, promovido pelo Centro de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, Santiago de Chile, 10-13 de dezembro.
- 1992 São Paulo: people on the margin and civil society. *Paper* apresentado no seminário Place and Right Conference, Arden Homestead, New York, 11-13 de setembro.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Adorno, Sérgio.
 1988 “A tortura resiste.” *Humanidades*, Brasília, UnB, 18/63-6.
- 1993 Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. *Paper* preparado para o Convênio International II Diritto Dei “Minori” in Brasile, Università degli Studi di Macerata, Macerata, Itália, 5-7 de novembro de 1992, 20p.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Braun, Eric. (orgs.)
 1987 *Democracia x violência. (Reflexões para a Constituinte)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Sader, Emir.
 1985 “O controle da polícia no processo de transição democrática.” *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/77-95.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e outros.
 1991 “Violência fatal. Conflitos policiais em São Paulo (81-89).” *Revista USP*, São Paulo, 9/95-112.
- Pinto, Maria Dina Nogueira.
 1990 “O outro lado do mundo. As presas do Talavera Bruce como categoria liminar.” *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, Escola do Serviço Penitenciário, Vol. I, 1(5)/9-68).
- Pires, Cecília.
 1985 *A violência no Brasil*. São Paulo, Moderna.
- Puty, Zinaldo C. Branco; Barcellos, Cláudio Fleury e Daniel, Eduavaldo.
 1982 *Violência urbana*. Rio de Janeiro, Codecri.
- Queirolo, Sílvia.
 1984 “Periculosidade: da norma médica à norma jurídica.” *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(2)/93-100.
- Queiroz, José.
 1984 *O mundo do menor infrator*. São Paulo, Cortez.
 1985 *As prisões, os jovens e o povo*. São Paulo, Paulinas.
- Ramalho, José Ricardo.
 1983 *O mundo do crime. A ordem pelo avesso*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, Graal.
- Rech, Danil.
 1990 “A violência, o crime e a justiça.” *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/29-32.
- Rios, José Arthur.
 1989 “Motins em prisões: seus fatores e possibilidades de preveni-los.” *Revista da Escola de Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(1)/42-9.

- Rizzini, Irene (org.).
1993 *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Editora Universidade Santa Úrsula.
- Rocha, Luis Carlos.
1984 *Vidas presas: uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto a seus personagens oprimidos*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia/USP, São Paulo, mimeo.
- Rubinger, Maria da Conceição Marques e Von Sngay, Karin E.
1986 "Violência contra mulher — caso de polícia?" *Ciência e Cultura*, São Paulo, 38(9)/1477-633.
- Salla, Fernando Afonso.
1991a O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, mimeo.
1991b "A questão da privatização das prisões." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano III, 2(9)/145-51.
- Santos, L. A. e outros.
1989 *Violência prisional: a realidade penitenciária como obstáculo à ressocialização*. Projeto de política pública para o sistema penitenciário do Distrito Federal, Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 1.º Curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental, mimeo, 335p.
- Santos, Roberto A. O.
1986 "Com a trave no olho: a criminalidade policial no Pará." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 3(1)/49-79.
1990 "Crime em Belém e crime no mundo. Por quê?" *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/13-6.
- Schwartzman, Simon.
1980 "Da violência de nossos dias." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 23(3)/365-9.
- Silva, Eduardo.
1986 "O quarto escuro da história." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(27)/65-72.
- Silva, Jenifer K. Leal da e Rodrigues, Suzana Santa Maria.
1989 "Um estudo sobre a formação do estigma do presidiário considerado de alta periculosidade." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(1)/54-103.
- Silva, Jorge da.
1990 *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Forense.
- Silva, Marlise Vinagre.
1992 *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo, Cortez.
- Silva, Rosa Maria R. e outros.
1988 *A realidade do menor através de estatísticas. A infância "pobre" no Brasil. Uma análise da literatura, da ação e das estatísticas*. Relatório de pesquisa, convênio Fundação Ford/Iuperj, mimeo, pp. 73-178.
- Soares, Luis Eduardo e outros.
1993a *Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional*. Trabalho preparado para o seminário Mídia e Violência, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa ISER, 2.ª ed. rev. e ampliada, 26p.

- 1993b Violência contra a mulher: levantamento e análise de dados sobre o Rio de Janeiro em contraste com informações nacionais. Trabalho preparado para o seminário Mídia e Violência, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa ISER, 78p.
- Souza, Percival de.
s.d. *A prisão. História dos homens que vivem no maior presídio do mundo*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- 1980a *A maior violência do mundo: Baixada Fluminense*. São Paulo, Traço.
- 1980b *A revolução dos loucos*. São Paulo, Global.
- 1983 *O prisioneiro da grade de ferro*. São Paulo, Traço.
- Souza, Percival de; Fagman, Marcos e Portela, Fernando.
1978 *Violência e repressão*. São Paulo, Símbolo.
- Sussekind, Elizabeth.
1987 "A manipulação política da criminalidade." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/10-1.
- Thompson, Augusto.
1983 *Quem são os criminosos?* Rio de Janeiro, Achiamé.
1987 "Justiça penal e classes sociais." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/26-7.
- Valladares, Lícia.
1990 Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. Texto apresentado no simpósio Planejamento, Pobreza Urbana e Representação Política, XIV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, 32p.
- Velho, Gilberto.
1980 "Violência e cidadania." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 23(3)/361-4.
1987 "As vítimas preferenciais." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/3-4, suplemento.
- Viana, Paulo Nunes.
1987 "A violência e o negro." *Symposium. Revista da Universidade Católica de Pernambuco*, Recife, 29(2).
- Vianna, Luiz Verneck.
1983 "O problema da cidadania na hora da transição democrática." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 26(3).
- Vianna, Marilena.
1988 "Memórias de sempre." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 11/102-5.
- Vincentin, Maria Christina G.
1992 *Fronteiriços: uma geopolítica da delinquência*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo, mimeo.
- Violante, Maria Lúcia V.
1983 *O dilema do decente malandro*. 2.^a ed., São Paulo, Cortez & Associados.
1984 "Para além da humanização." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/111-26.
- Vogt, Carlos e outros.
1982 *Caminhos cruzados*. São Paulo, Brasiliense.
- Zaluar, Alba.
1985a *A máquina e a revolta. (As organizações populares e o significado da pobreza)*. São Paulo, Brasiliense.

- 1985b "O Rio contra o crime." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 6/pp. 64-73.
- 1986 "Democracia também serve para os pobres?" *Presença. Revista de Cultura e Política*, Rio de Janeiro, 7/40-43.
- 1987a "Crime e trabalho no cotidiano popular." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/21-4.
- 1987b Crime e criminalidade nas classes populares do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Seminário do GT Direito e Sociedade (CLACSO), Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- 1987c "O diabo em Belém." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 12(2)/132-8.
- 1989a O Rio contra o crime: imagens da justiça e do crime. Relatório de Pesquisa, convênio OAB/Finep, Rio de Janeiro, Iuperj, mimeo.
- 1989b "A polícia e a comunidade: paradoxos da (In) — conveniência." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 13/144-53.
- 1989c "Nem líderes, nem heróis: a verdade da história oral." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 14/111-28.
- 1990a "Teleguiados e chefes: juventude e crime." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 15(1)/54-67.
- 1990b "Imagens da pobreza na cidade." In Seminário Temático n.º 12 (Pobreza, Planejamento e Representação), XIV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, mimeo, 11p.
- 1990c "Prisão, trabalho e cidadania: o censo penitenciário." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, Escola do Serviço Penitenciário, vol. I, 5/69-74.
- 1991a "Cultura da violência." *Série Estudos Especial. Rio de todas as crises*, Rio de Janeiro, Iuperj.
- 1991b "Brasil na transição: cidadãos não vão ao paraíso." *São Paulo em Perspectiva. Revista da SEADE*, São Paulo, SEADE, 5(1)/19-25.
- 1991c "Gênero, justiça e violência." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 34(2)/191-218.
- 1992 "Exclusão social e violência." In *Sociedade civil e educação*, Campinas/São Paulo, Papirus/Cedes, pp. 113-23.
- 1993a "Urban violence, citizenship and public policies." *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford/Cambridge, 17(1)/55-66.
- 1993b "A criminalização de drogas e o reencantamento do mal." *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UERJ, ano I, 1/8-15.
- 1993c "Quando o malandro dança." In *Natureza, história e cultura: repensando o social, Cadernos de Sociologia*, Número especial, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, vol. 4, pp. 157-67.

Para uma Análise das Classes Sociais*

Christian Azais

Paola Cappellin

Algumas Questões Preliminares

No Brasil, muitas vezes apontado como o país emblemático por seu processo de modernização, a exigência de aprofundar o conhecimento das classes sociais se faz urgente apesar das profundas modificações no contexto econômico produtivo não evidenciarem o sucesso da “democracia participativa”, não atenuarem os antagonismos entre a classe capitalista e o proletariado, nem cancelarem tampouco os contrastes e as disparidades. Essa exigência é renovada justamente nos anos em que a recessão econômica e as mudanças institucionais estão mobilizando as forças políticas e os observadores engajados. A reflexão a respeito das contradições criadas e recriadas pelo peculiar tipo de desenvolvimento que se adota no Brasil revitaliza algumas críticas à tendência à polarização burguesia *versus* proletariado.

A revisão dessa clássica interpretação incentiva de fato o debate em torno dos processos que à primeira vista parecem estar em curso apenas em algumas “ilhas” deste imenso País. Mas, para os que quiserem ter uma visão panorâmica de todos os mecanismos que generalizam ou especificam as disparidades para o território brasileiro, torna-se mais uma vez necessário repensar a convivência da contradição cujo ritmo e características acentuam o nível fragmentado diferenciado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, seja no Sul, seja no Nordeste.

Em relação ao Nordeste, nesses últimos anos as mudanças ocorridas parecem solici-

tar sempre uma interpretação mais explícita que integre a conexão entre a reestruturação econômica, as transformações da estrutura social e os processos políticos. A este respeito algumas evidências podem ser lembradas: a concentração dos investimentos; a crescente distância entre as taxas de urbanização e industrialização e entre oferta e demanda de mão-de-obra; a emergência de segmentos qualificados profissionalmente ao lado de uma vasta população urbana e rural ainda marginalizada dos padrões de especialização; e, finalmente, a convivência de profundos desníveis de produtividade entre setores e ramos econômicos. Esses são alguns dos indicadores utilizados para apontar a década de 1980 como a “década perdida.”¹ As repercussões políticas desses fatos aproximam sempre mais o Nordeste do resto do País, no sentido de que não destoa da imagem complexa da realidade nacional. Poderíamos sublinhar que no cenário das relações políticas há também transformação nos indicadores de participação. De um lado, as concepções sindicais e formas de representação político-partidária democráticas convivem lado a lado com as tradicionais práticas de controle ou atrelamento às forças conservadoras, o que paralelamente é um convite a uma reflexão sobre o conteúdo do conceito de “democracia”. De outro, a emergência da mobilização de setores populares e as formas de cooptação em projetos populistas não parecem depender de uma separação nítida entre a realidade agrária e a urbana.²

Se essas observações são verdadeiras, algumas questões se colocam: qual é a natureza das contradições em relação às tendências apontadas? Através de quais processos está se realizando a formação das classes? Quais são seus mecanismos de agregação e quais os de diferenciação? Sob quais condições as contradições se traduzem em conflitos sociais? Que formas estes assumem? Enfim, quais são os interesses objetivos reconhecíveis nos sujeitos políticos e em quais objetivos estes se expressam?

O objetivo destas notas é alimentar o debate a respeito do estudo das classes, evidenciando algumas premissas teóricas elaboradas por autores que tiveram como preocupação básica repensar a tendência à polarização. Se é verdade que na sociedade brasileira essa tendência é sempre mais real, é também verdade que o desenvolvimento complexo, anteriormente exemplificado, provoca a formação e a contínua reorganização de uma variedade de segmentos sociais que, mesmo tendendo a um ou ao outro pólo, não se identificam com eles. Como abrir o campo analítico para inserir, por exemplo, os segmentos médios e o subproletariado que muitas vezes não se enquadram na configuração clássica das classes fundamentais e, conseqüentemente, da análise política? Às vezes eles desaparecem, visto que a tendência à polarização é ainda hoje parte do nosso referencial teórico e político; em outras, aparecem inseridos no proletariado. Neste último caso, a inclusão se justifica pelo impasse terminológico da definição do próprio proletariado.

Acreditamos que essas dificuldades advêm seja da não-renovação teórica da definição conceitual de classe e de proletariado, seja da dificuldade de romper com o determinismo estrutural de categorias produzidas pela teoria econômica. Estes aspectos serão objeto de discussão nesta resenha bibliográfica; percorreremos a literatura nacional e internacional destacando as contribuições que têm como preocupação reavaliar essas dificuldades, problematizando-as à luz da renovação da teoria das classes.

São historiadores e sociólogos como Thompson, Hobsbawm, Anderson e Laclau que procuram resgatar a individualidade, a subjetividade dos agentes sociais, e se contrapõem à vertente estruturalista, abrindo horizontes promissores. Da mesma forma que historiadores e sociólogos dialogam, economistas e sociólogos participam desta tentativa de renovação conceitual e elaboram uma reflexão enfatizando a dinâmica das relações sociais, no caráter multidimensional da estrutura social em que indivíduos não abstratos estão inseridos (Przeworski, Offe, Sabel, Calza Bini, Maruani, Lobo). Tal apreensão abre um caminho teórico para o surgimento de uma nova disciplina, a sócio-economia.

Classe Operária e Proletariado: Os Limites das Determinações Econômicas Estruturais

Na teoria marxista há um conjunto de autores que problematizam, para o estudo das classes sociais, as interligações dos elementos econômicos, políticos e ideológicos que operam como condições ou "limites" das transformações das classes. Essa vertente não tem a preocupação de reafirmar a ortodoxia dos postulados exclusivamente econômicos mas sim a de enfatizar sua revisão reintroduzindo as múltiplas formas a partir das quais as lutas organizam, desorganizam e reorganizam as classes.

Este é um percurso analítico que alimenta a discussão nas Ciências Sociais: história e sociologia. O diálogo entre a história social e a história econômica representado respectivamente por Thompson e Hobsbawm, delinea a importância de nossa primeira questão: qual o estatuto, na formação histórica da classe operária, das relações entre a economia e as práticas sociais?

O confronto das interpretações de Thompson e Hobsbawm nos parece oportuno, visto que a reflexão supera uma simples divergência historiográfica e se preocupa em dimensionar a primazia da base estrutural das relações econômicas na constituição da classe operária. Thompson (1979:296), em uma entrevista realizada em 1976 por Mer-

rill, aponta que a historiografia contemporânea até então se concentrava na ênfase das determinações materiais. Eram a energia a vapor e o sistema industrial, ou as dimensões demográficas e geográficas os eventos fundadores da transformação das relações sociais capitalistas. O afastamento da história econômica e da *Ecole des Annales* se realiza, assim, pela preocupação de Thompson em inserir uma reflexão de tipo cultural e moral abordando uma rede mais complexa de significações. São as relações humanas, ou mais especificamente as experiências, que dão vida à ruptura teórica na análise do processo histórico. O enriquecimento se dá então não só por uma substituição de objeto mas, também, pela especificidade dentro da qual os condicionantes materiais se “moldam em formas culturais”.

Na controvérsia com a abordagem althusseriana, Thompson explicita sua distância da visão que prioriza os acontecimentos onde não têm parte ativa os indivíduos, suas práticas, suas vontades e intenções. Sua abordagem, ao contrário, dá vida a uma história onde a natureza multiforme das relações sociais é realizada pelos sujeitos. Assim, o autor expõe sua crítica ao materialismo mecânico: “a solução oferecida por Althusser afasta a agência humana da história, que se torna então um processo sem sujeitos. Os acontecimentos humanos são o processo, mas a prática humana em nada contribui para esse processo. O processo é o destino” (Thompson, 1981:102). A crítica da abordagem estruturalista da história realizada por Thompson aponta para duas expulsões: “a expulsão da agência humana e a expulsão do tempo histórico ou processo (*idem*: 104). A adesão ao historicismo, enquanto ênfase dada às práticas humanas, ressalta a primazia dos sujeitos. São os indivíduos, com suas atribuições e práticas, os sujeitos da história.” Homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorizar em termos de classe: assim, o processo de formação de classe é um

processo de autoconcepção, embora sob condições que são dadas” (*idem*: 121).

A gênese da classe operária advém da articulação entre ação e condicionamentos como bem afirma Anderson (1980). O esforço analítico do pesquisador se dirige então à observação dos eventos “dísparos e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como da consciência” (Thompson, 1987:9).

Cabe aqui apontar algumas das potencialidades que esta perspectiva explicita. Não são as condições de exploração econômica, nem tampouco as formas de subordinação no processo de trabalho que compõem a matéria-prima da formação das classes, mas sim o conjunto das experiências. A *experiência* tem um lugar central pela força conceitual a ela atribuída. Possibilita fugir da ênfase da estrutura e, conseqüentemente, faz do processo o seu cenário. No decorrer do livro *A Miséria da Teoria*, Thompson desenvolve esta proposta respondendo à posição althusseriana.

Anderson (1980:28), ao reconhecer a originalidade da elaboração desta categoria, sublinha que há, na obra de Thompson, uma multiplicidade de definições que oscilam entre a experiência como “reação subjetiva”, isto é, resposta mental e emocional aos fatos objetivos dentro da consciência, como “elaboração para produzir ela mesma uma resposta cultural de classe” e, finalmente, como “sentimento”. A abertura para estas três possibilidades, sem dúvida, manifesta o esforço para contrabalançar o peso da determinação das estruturas sobre a subjetividade.

A renovação conceitual de Thompson atinge também a visualização do contexto onde se realizam as experiências. Ao manter viva e necessária a articulação entre ação e condicionamento, reformula-se o peso do “princípio de co-determinação”. Desta perspectiva, fica claro um alerta metodológico para o significado heurístico de classe: a concepção analítica de processo em transformação reforça a ênfase em estender o tempo histórico de observação. Isto é, as condições onde se situam as experiências exigem a observação de “um considerável período histórico”.³

A ampliação temporal é importante porque oferece ao pesquisador, em termos de roteiro de investigação, outra interessante mediação: a identificação dos limites que se impõem à ação das classes em oposição. Assim como “não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses”, também não podemos tornar independente o processo de formação de uma classe em relação àquele que inclui outras classes. Desta forma, a experiência comum, partilhada ou herdada, fomenta a identidade e o conflito, criando as fissuras, as contradições entre os agentes históricos. É neste processo — que se prolonga no tempo e que envolve diferenciações — que a classe se forma no seu duplo sentido: interna e externamente a ela mesma.

A originalidade metodológica da escolha temporal — os séculos XVIII e XIX, épocas habitualmente apontadas como contrapostas (Anderson, 1980: 1) — suscitou na historiografia contemporânea um debate profícuo, que inicialmente enriquece os diferentes indicadores no sentido de datar a constituição da classe operária. Além dessa renovação das fontes e dos registros históricos, contribui, em outro sentido, para os nossos propósitos de discussão metodológica apontando para as distinções na natureza e no caráter desses indicadores. Para melhor compreender esta afirmação é necessário nos reportarmos ao artigo publicado em 1981, na Inglaterra, por Hobsbawm intitulado “O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914” (Hobsbawm, 1987: 273). O autor acentua a emergência da formação da classe enquanto coletivo social e institucional. Isto é, sua interpretação sublinha historicamente as ações cuja repercussão se insere no tecido de visibilidade pública, nas formas organizativas e de aglutinação, na elaboração de uma linguagem política, no diálogo entre as lideranças e os representados. Hobsbawm se preocupa em apontar o que há de mais característico nas manifestações do reconhecimento institucional da política. As classes trabalhadoras se aglutinam, assim, em

classe trabalhadora; de substantivo plural emerge como substantivo singular.

Tendo em vista nossa preocupação com os limites das análises que consideram as dimensões estruturais — neste caso econômicas — como substrato explicativo, parece-nos que Hobsbawm aponta, nas expressões políticas elaboradas, aquelas de natureza coletiva, enfatizando assim a institucionalização do político. A subjetividade tem novas conotações, suas manifestações se transformam em demonstrações do coletivo. Esta transformação se realiza interna e externamente no tecido social e institucional. Deve haver então uma ruptura necessária que transparece, uma marca de distinção nas ideologias, na organização entre os pequenos mundos e o fenômeno nacional. Ou seja, é perigoso projetar continuidades: o cartismo, o socialismo de Owen, nada tem a ver com o pós-cartismo, com o socialismo de 1880. Assim, a saída da história econômica realiza-se pela história política, graças à força de “um ponto de referência no mapa da classe” (*idem*: 280) ou pela evidência de um padrão nacional único, claramente estandardizado, seja este encontrado na vida cotidiana (ambiente físico, estilo de vida, de lazer) ou na consciência.

Acreditamos poder destacar um percurso teórico: *a constituição da classe operária*. Não só a subjetividade se veste de outra roupagem, mas ela emerge de um processo que tem origem distinta. Isto é, se em Thompson há um interesse teórico em manter sempre a experiência como marca do diálogo entre a subjetividade e os condicionantes, em Hobsbawm é a nova economia industrial que afeta as classes trabalhadoras, institucionalizando-as em classe trabalhadora. Enfim, para ele a caracterização histórica passa pelo jogo das determinações sobre a ação e esta transformação se realiza, toma corpo por causa da visibilidade adquirida e pelo reconhecimento coletivo conquistado.

A proletarização é outro conceito que sofre nova problematização, mais uma vez vinculando sua significação à revisão das determinações. A polêmica sobre o nascimento da classe operária abre espaço agora para os

proletários. Esta mudança não é terminológica; sublinha-se o peso da prática política. Aqui, o confronto é entre a visão determinista e a voluntarista frente à capacidade desse conceito possibilitar a filiação de classe dos diferentes trabalhadores agindo politicamente. O interesse em romper com essas duas visões é, grosso modo, o início da reflexão de Przeworski que encontra eco na literatura sociológica, no final dos anos 1970.

Acreditamos que esta retomada da discussão sobre o peso, na construção conceitual, das determinações estruturais e mais especificamente das econômicas, tem efetivamente novas conotações. Não podemos deixar de mencionar algumas características que imprimiram marcas profundas na sociedade contemporânea. As transformações e a estrutura de classe desenvolvida não são mais dirigidas exclusivamente pela grande indústria; tampouco a classe operária é o único agente político que dinamiza as lutas da classe trabalhadora. O desenvolvimento das forças produtivas materiais, diversificando as práticas produtivas, ampliou também as diferenciações na mão-de-obra entre o trabalho qualificado e o trabalho precário, entre emprego industrial e terciário. Mais ainda, o questionamento, a mobilização política e a luta social fazem emergir novos agentes com novas questões. Então, o que é significativo se repensar para a contínua organização, desorganização e reorganização das classes? É a base material das relações de produção, isto é, são os lugares no sistema produtivo clássico, que oferecem o padrão da formação das classes? Os elementos básicos que construíram o conceito de proletariado se mantêm hoje como fontes explicativas?⁴ Este questionamento é ainda mais instigante se visualizarmos os agentes coletivos que dinamizam as lutas sociais, políticas e ideológicas, mesmo quando eles permanecem fora da clássica classificação polarizada: as mulheres da classe média, os estudantes, os consumidores, os protestantes etc.

O conceito de classe é assim problematizado: “de que forma uma coleção de indivíduos-ocupantes-de-lugares se torna uma co-

letividade-em-luta pela realização de seus interesses objetivos?” (Przeworski, 1977: 8). A esta pergunta o autor quer dar um encaminhamento que não reproduza as duas visões, a determinista e a voluntarista. A primeira visão apontaria a tendência, quase inevitável, de que as relações de classe (no sentido clássico da referência à luta polarizada) teriam expressão ao nível das práticas produtivas e da formação da consciência. Como ele próprio aponta, os interesses objetivos, tanto materiais (por exemplo, o salário) quanto aqueles a longo prazo (por exemplo, no socialismo) “são imputados aos indivíduos enquanto portadores, personificações de lugares objetivos” (*idem*: 7). A determinação age, assim, de *maneira unívoca* pelas posições objetivas ocupadas. A subjetividade entendida através das expressões ideológicas — as visões de mundo, as aspirações, os sentimentos dos atores, ou, retomando a contribuição de Thompson, a força das experiências — tem um espaço extremamente reduzido, já que tais expressões poderiam, no máximo, agir como aceleradores.

A segunda visão, a voluntarista, responderia apontando a ênfase da centralidade política dos partidos, únicas instituições organizadas capazes de superar a consciência de caráter reformista ou sindicalista. A polarização dessas visões é radical: de um lado, está a linguagem das estruturas objetivas de dominação, as relações de força realizadas pelas relações de produção e, conseqüentemente, os limites estariam nas práticas produtivas. De outro, está a luta, a ação, a mobilização, encaminhadas pela força do sujeito político unificado: o partido.

Esta segunda visão é problematizada por uma vasta literatura sociológica que escolhe como campo temático os movimentos sociais. Lembramos, a título de exemplo, a revisão realizada com muita propriedade por Laclau (1986) no momento em que se menciona a superação do espaço político unificado. Para o autor, hoje em dia o político não explicita as representações de interesse como decorrência da politização das relações de produção. Houve o colapso do para-

digma do século passado pelo qual a posição nas relações de produção fornecia automaticamente as determinações necessárias à identidade, na representação dos interesses. O político hoje se *autonomiza*. Perde-se a unidade sincrônica dos laços entre as identidades (produtor, consumidor, agente político). Fala-se da ruptura da categoria *sujeito* enquanto unidade racional e transparente que transmite um significado homogêneo para o *campo total da conduta do indivíduo*.⁵

Esta ruptura de paradigma oferecida por Laclau não é compartilhada, nas suas últimas conseqüências, por Przeworski. Ele mantém a classe como resultado de lutas contínuas numa multiplicidade de formas. Mas, é explícita a necessidade de individualizar algum modelo para a estruturação do processo de formação das classes, assim como permanece viva a necessidade de encontrar parâmetros objetivos para sua identificação. A clássica divisão dicotômica entre proletariado e burguesia se desloca na medida em que há, no tecido das relações sociais, uma multiplicidade de práticas — políticas, ideológicas e econômicas — que ao se manifestarem, enquanto lutas, envolvem um conjunto diversificado de agentes e grupos sociais (Przeworski, 1989: 100). Estas lutas “*assumem formas particulares dada a organização das relações econômicas ideológicas e políticas*” (Przeworski, 1977: 13). Neste sentido, em todo e qualquer conflito pode ser ressaltado algum elemento que o estrutura. Nas relações políticas e ideológicas há condicionantes que as tornam objetivas, sem por isso recuperar a clássica referência às relações de produção. Abre-se espaço para novas expressões, assim como para novas identidades. Por exemplo, a democracia parlamentar, o sufrágio universal e a luta eleitoral ressaltam a identidade dos indivíduos em cidadãos e não em trabalhadores.

A visão não hierarquizada, a ênfase nas relações políticas e ideológicas e seu distanciamento com as relações e lutas econômicas é importante. É uma característica da construção teórico-analítica do autor. Com isso emerge a possibilidade de ampliar os parâ-

metros ou, como ele mesmo aponta, as *placas de identificação* (idem: 18). Como então são redimensionadas, neste contexto amplo, as relações de produção no que se refere à contínua modificação das classes? Estas são elementos estruturantes das práticas, das lutas de classe? Algumas passagens nos parecem relevantes para o entendimento da contribuição de Przeworski.

As classes não se formam aleatoriamente, isto porque há uma natureza objetiva das relações, sejam elas políticas ou ideológicas, que podem redefinir os lugares-a-serem-preenchidos pelos seus portadores; a classe realiza um duplo vínculo com a história.⁶

Finalmente, a classe é o *único conceito* que é isomórfico em relação às categorias de lugares na prática de produção. O isomorfismo da classe renova sua centralidade enquanto conceito, na medida em que é por meio das lutas que é possível o levantamento e a inteligibilidade dos sujeitos históricos a respeito das categorias de lugares vazios nas práticas de produção. Esta capacidade é importante porque vai subordinar a análise das posições nas relações de produção a *efeitos das práticas orientadas em direção à formação das classes*. Finalmente, os lugares nas relações de produção são ainda referências objetivas, mas a partir de agora, só se tornam legítimos os projetos políticos.

Lutas “Sobre” as Classes e Luta “Entre” as Classes

Por relutarmos em aceitar o cenário econômico como único quadro de referência do processo de formação das classes, interessamos apontar os percursos analíticos que fortalecem o redimensionamento de seu caráter exclusivo de explicação no bojo da transformação das classes. Esta preocupação não é certamente uma novidade no debate teórico nas Ciências Sociais.

Uma das primeiras maneiras de explicitar este desafio foi apontar a perspectiva de ver a emergência do capitalismo como um processo complexo que inclui um duplo movimento: a diversidade da destruição de algumas categorias de trabalhadores e a paulatina criação de outros segmentos. Diluem-se,

assim, os significados explícitos das dimensões econômicas e a homogeneidade interna às classes. Lembramos como Engels apontou a emergência do capitalismo pela *concorrência*, expressão mais acabada de múltiplas diferenciações. Esta dinâmica envolvia a alteração da estrutura de lugares nas relações de produção. Mas, também, se expressava pela confrontação entre tradições culturais implícitas nas práticas produtivas e nas condições de sobrevivência. “Esta guerra pela vida, pela existência, por tudo, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe em luta não só as diferentes classes da sociedade, mas também os diferentes membros dessas classes” (Engels, 1975: 113).⁷

As dimensões culturais transparecem, dão objetivos às formas de sociabilidade e se tornam agenciadoras de práticas em defesa ou de resistência à avalanche capitalista. Estas podem agir, então, como parte ativa na construção da diferenciação interna e externa às classes. Poulantzas é um dos autores que se deteve nessas dimensões, oferecendo-nos um caminho analítico para a inclusão dessas práticas, na medida em que podem agir alterando a subdeterminação econômica de uma classe. O aparecimento de grupos como forças sociais é, sem dúvida, um recurso teórico renovador da perspectiva estrutural por admitir algumas alterações que não se refletem na fácil correspondência entre a posição na estrutura econômica e a ação política. A denominação de alguns segmentos enquanto “forças sociais” (os intelectuais, a burocracia etc.) é uma das possíveis rupturas de um quadro típico de transformações. O reconhecimento dessa defasagem numa formação social se faz graças aos *efeitos pertinentes*. Assim, um grupo enquanto força social pode emergir politicamente pelo fato de que as relações de produção, ou o lugar no processo de produção, não se *reflete* mecanicamente em outros níveis. Os “efeitos pertinentes” agem, então, como um recurso teórico para deslocar os limites dos níveis estruturais. Isto é, um grupo “subdeterminado economicamente” pode agir na constituição das alianças, na prática de resistência, enfim,

pela ação no cenário político. Esta possibilidade leva o pesquisador a descobrir “em qual conjuntura concreta de uma situação histórica concreta” esta pertinência pode se refletir “em modificações do campo de luta político-ideológica de classe”. É a modificação de representação de classe, é um deslocamento da contradição econômica para o quadro da luta política (Poulantzas, 1986:79).⁸

Numa perspectiva próxima a Poulantzas, Przeworski sublinha o questionamento sobre a capacidade da estrutura de lugares, nas relações de produção, não ser o único cenário das transformações. Este desafio é por ele sublinhado por causa da ênfase da descontinuidade da organização de classe. No capitalismo contemporâneo, a experiência baseada na renda, no caráter do trabalho, no lugar no mercado, no prestígio das ocupações, não transformam por si só uma identificação coletiva. As relações de exploração não determinam, tampouco mecanicamente, um padrão único de formação de classe. A diversificação interna à classe trabalhadora — resultado crescente do hiato entre a quantidade de força de trabalho disponível e a mão-de-obra necessária para a produção capitalista — é, para o ator, uma demonstração da complexidade das conexões entre os conflitos e a localização dos indivíduos no sistema produtivo. Embora se possa desenvolver o estudo das lutas concretas sem o recurso analítico das classes, Przeworski propõe manter este viés na medida em que ele ajuda a identificar as condições e as consequências objetivas de lutas concretas. Estas condições objetivas são as que tornam *possível* a emergência de um determinado conflito e que possibilitam visualizar a significação dos resultados. É este o caminho que torna viável a identificação das condições criadas como resultado de um conflito (Przeworski, 1989: 102). O avanço teórico é significativo porque recupera o chamado contexto das possibilidades sobre as quais estes conflitos, estes grupos e seus resultados emergem como alavancas de transformações. Segundo ele, “as condições objetivas determinam assim esferas de possibilidades, somente esferas de

possibilidades” (ibidem.). Este é o significado atribuído ao uso analítico da classe para o estudo dos conflitos. As lutas poderiam ser vistas sob outra ótica sem privilegiar as relações de produção. Os agentes concretos podem ter níveis diferenciados de renda, graus distintos de autoridade, tendo os mais variados objetivos (acesso à educação, reformulação de poder entre os sexos etc.). Esta sociedade é caracterizada por um complexo modelo de causalidade: as lutas agem, seja produzindo efeitos sobre as relações econômicas, políticas e ideológicas, seja afetando diretamente “a organização de classe das pessoas localizadas *diferentemente* no sistema produtivo” (idem: 109).

“Efeitos pertinentes” e “condições” são mediações que enriquecem a perspectiva analítica estruturalista. A individualização das forças sociais e de suas lutas cumprem então o papel de sublinhar as práticas, cuja expressão e dinâmica não estão incluídas diretamente na estrutura de lugares da sociedade contemporânea.

São mais que reconhecidos os limites de uma análise que tem como referência única a classe operária enquanto agente motor das mudanças das relações sociais. Manter fechada esta perspectiva significa concentrar a análise exclusivamente nos processos de formação da visão de mundo e do projeto político considerados como os mais elaborados entre os assalariados. Assim fazendo, porém, acaba-se subestimando as contínuas mudanças de emprego que às vezes possibilitam alternâncias ou passagens de práticas distintas de reprodução social. Mais ainda, a recondução contínua à classe operária inibe a apreensão das múltiplas formas sob as quais se renova a diferenciação social na classe trabalhadora. Se faz necessário, então, apontar algumas categorias analíticas que possibilitem acompanhar a emergência, a visibilidade, o declínio das diferentes relações de trabalho enquanto formas de reprodução social.

Mercado de Trabalho e Diferenciação da Classe Trabalhadora

O trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo parece não ser a relação so-

cial fundamental devido a uma série de fatores: a desorganização das práticas de inclusão no trabalho; a diversificação dos atores em luta; e, finalmente, as múltiplas configurações de agenciamento dos conflitos. Estas manifestações interferem na significação social das práticas de produção. A consequência, na construção de conceitos e categorias analíticas, é que o trabalho assalariado perde a prerrogativa de se apresentar como *categoria-chave* da compreensão sociológica. Esta é a conclusão proposta recentemente por Offe para compreender as transformações emergentes na sociedade de capitalismo avançado (Offe, 1989).

Esta perda de centralidade contribui para fragilizar a ênfase explicativa do determinismo econômico. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se assiste a um questionamento, no plano conceitual, da categoria trabalho, a política econômica em muitos países aponta a necessidade de reagir à alta taxa de desemprego. Com efeito, a reflexão sobre os limites das abordagens da Escola da Regulação, a análise sobre as formas de trabalho flexível, a transformação das intervenções estatais em termos de políticas públicas (“crise do Estado-providência”), o resgate da emergência dos movimentos sociais, são todos eles exemplos da procura de um novo eixo analítico e da consequente renovação temática.

A discussão sobre as práticas produtivas é reorganizada pela análise das interconexões, da superposição, das substituições e do revezamento entre trabalho e não-trabalho, emprego e desemprego.

Assim, pode-se dizer que o estudo sobre as condições de produção e de trabalho se revitaliza justamente por dialogar agora com a revisão da centralidade do trabalho e com a do vínculo ao assalariamento. Esta alteração implementa a ênfase no caráter da instabilidade, da mobilidade e da pluriatividade; está implícita, também, nesta perspectiva, a necessidade de renovar o uso da categoria “mercado de trabalho”. Ou seja, ela não é mais pensada como aquela que elucida a compra e venda da força de trabalho, onde

emerge a tendência ao equilíbrio pelo livre jogo das forças econômicas, nem tampouco como aquela em que se estruturam a posição dos lugares e, conseqüentemente, a alocação da mão-de-obra.⁹

Enquanto a teoria marxista via no comportamento individual a expressão de posição de classe, a teoria da “escolha racional” (ou do individualismo metodológico ou a economia neoclássica) o considerava como uma ação racional e “interesseira”, ou seja, movida por interesses pessoais. *O corpus* teórico de ambas as abordagens evoluiu, o que leva Przeworski a entender o marxismo como uma teoria da história, de “alguns processos regrados de reprodução e de transformação das relações sociais. As teorias da história fornecem explicações de seqüências de eventos ligados entre si. Permitem entender como certas instituições aparecem e de que maneira continuam funcionando, como alguns conflitos são resolvidos mas também como a sua resolução afeta conflitos futuros” (Przeworski, 1991: 79).

Utilizar o mercado de trabalho como instrumento de análise sociológica é possibilitar a ênfase dos contextos onde se realizam o confronto, a negociação, o consenso entre agentes sociais distintos. A problematização sociológica o vê como espaço rico em possibilidades e em oposições entre múltiplas estratégias que estão sendo elaboradas e usadas por grupos distintos. A análise do mercado de trabalho escapa assim da armadilha de ser uma fotografia, uma visão estática de um conjunto de organizações onde são alocados os trabalhadores e que funcionam como uma sucessão de equilíbrios estáticos. Situa-se na historicidade.

Nesta nova perspectiva analítica se engajam sociólogos, antropólogos, historiadores e os próprios economistas. O desafio é renovador no interior dessas disciplinas: “analisar sociologicamente o emprego é apreendê-lo como um objeto sociológico particular” (Maurice, 1987: 103). São inseridos nesses espaços os mecanismos que relacionam os destinos individuais, familiares, coletivos dos atores. São detectadas as inter-

venções institucionalizadas, as lutas políticas, as orientações jurídico-legais. Recupera-se, também, o significado da tradição, das representações ideológicas e da cultura política. Assim, o mercado de trabalho é conceitualizado como o “campo” onde se fazem e desfazem lutas e acordos específicos e gerais.

A imissão da perspectiva sociológica rompe com a leitura economicista da hegemonia do trabalho assalariado no mercado de trabalho. Esta nova leitura, que propõe uma apreensão diferente da articulação “trabalho/extra-trabalho”, é realizada pela literatura européia (principalmente italiana) desde 1975, quando se estuda as formas organizativas que se distanciam (seja por incapacidade ou por serem alternativas) da implementação do modelo de produção estandarizada e de massa. São os sociólogos, dialogando com os economistas, que recortam como objeto empírico e de reflexão teórica o desenvolvimento de regiões italianas onde a liderança dos grandes empreendimentos industriais não esgota o dinamismo econômico. Neste contexto a força e a ação sindical, no final dos anos 60, incentivam uma reestruturação industrial não fordista e não produzida unicamente pelos grandes grupos industriais do triângulo Turim-Gênova-Milão. Ali são viabilizadas algumas propostas de investimentos que recuperam tradições de vocação artesanal ou manufatureira e a versatilidade da unidade familiar do campesinato. É sobretudo a partir do estudo das regiões do Centro e do Nordeste da Itália (a “Terceira Itália”), regiões onde os processos de industrialização assumem estas características muito peculiares, que floresce o interesse em recuperar o conceito de mercado de trabalho como conexão entre a cultura econômica e política.

Para entender a literatura italiana não podemos esquecer três condicionantes estruturais que agem como pano de fundo. É um país recém-unificado (há pouco mais de um século) e portanto onde os particularismos regionais são determinantes da configuração do espaço produtivo; é, também, um país que historicamente sempre manteve vastas

parcelas de população marginalizada da integração urbano-industrial em seu território, território este, no entanto, coberto, nas suas regiões do Centro e do Nordeste, por um tecido urbano denso.¹⁰

Outrossim, na Itália as lutas sindicais no final dos anos 60 incentivaram, como resposta empresarial, a reconversão industrial pela chamada "industrialização difusa" ou "descentralização produtiva" com uso maciço do trabalho flexível e a generalização da prática da subcontratação.¹¹

Em síntese, é a vontade de problematizar o entendimento da crise do pleno emprego e a busca de avaliar os possíveis riscos do uso da força de trabalho por parte das estratégias empresariais que exige, no início dos anos 80, a revisão do mercado de trabalho como conceito mediador para a análise do assalariamento.¹²

Afasta-se também a visão segundo a qual a estrutura de lugares se impõe aos indivíduos, assim como aquela da aproximação sócio-psicológica da estratificação. As ações dos indivíduos não podem ser tomadas como determinadas pelas suas posições de classe. Torna-se indispensável distinguir os estudos sobre os indivíduos daqueles sobre as coletividades e submeter à crítica a atribuição do estatuto de ator coletivo ao capital, à classe operária ou ao Estado para verificar se a ação coletiva é coerente com as racionalidades individuais (Przeworski, 1991:81). Neste contexto, as relações de força entre compradores e vendedores de tal forma vitalizam as contradições que a racionalidade do equilíbrio e a eficiência são permanentemente colocadas em debate. O confronto e as recíprocas influências, no plano político e ideológico, entre oferta e demanda supõem tensões, ações de defesa, de alianças onde o Estado é mediador ativo.¹³ Os agentes econômicos se transformam em atores com distintas prerrogativas, ambições, aspirações que alimentam a elaboração de suas estratégias, de seus diversos projetos. Este conjunto diversificado de recursos de ação, inseridos no mundo do trabalho, possibilita reconhecer os trabalhadores como agentes que atuam de manei-

ras diferentes, questionando ou se adaptando ao modelo de organização produtiva, elaborando e renovando as práticas de reprodução social. Manter-se dentro ou fora do mercado de trabalho operário industrial são possibilidades históricas decorrentes de relações sociais dinamizadas pela alternância entre conflito e cooperação entre atores sociais. Sabel aponta alguns elementos dessa pista analítica: "As lutas sociais, incluindo os conflitos nas fábricas, desempenham um importante papel na determinação da forma em que está organizado o trabalho, mesmo que não seja como implicitamente se havia imaginado. Frequentemente a mudança (na reorganização do trabalho) parece provir não de concessões a demandas diretas, mas das tentativas dos empresários de recuperar o controle de uma mão-de-obra indisciplinada. O conflito entre a estratégia dos trabalhadores e a estratégia contrária dos empresários pode dar lugar a transformações que nenhuma das partes previu" (Sabel, 1985: 14). O estudo das diversas propostas de reconversão industrial na Europa, em plena crise do modelo fordista, incentiva este autor a ver a divisão do trabalho não como um limite às possibilidades de transformação, mas sim como resultado de um "complexo conflito de pontos de vista sobre a sociedade respaldados pelo poder econômico e político" (*idem*: 15).

As relações de produção são finalmente problematizadas graças à ênfase na dinâmica das relações sociais. É o reconhecimento efetivo de que os indivíduos estão inseridos em diferentes tipos de relações com outros indivíduos no seio de uma estrutura social que pode ser representada de maneira multidimensional (Przeworski, 1991: 96). Com isto consegue-se ultrapassar tanto a visão insatisfatória de duas classes "prontas a atuarem" como a de indivíduos abstratos. As formas de organização produtiva podem ser observadas nos diferentes empreendimentos industriais como resultado de uma herança cultural que pode originar-se, por exemplo, no trabalho agrícola, no tipo de imigração, na estrutura familiar predominante, além de, é claro, na intervenção estatal. São as especi-

ficidades culturais regionais que contribuem para a emergência das formas de emprego e de empresas. Os estudos sobre a Itália auxiliam em grande medida esta perspectiva.¹⁴ As diferenças regionais observadas se inscrevem num sistema de interações sociais que produzem as diferenças e são a marca da especificidade do mercado de trabalho. Com efeito, esses estudos mostram a combinação entre a organização da produção fabril e a dinâmica das relações sociais advindas, entre outras, da agricultura e do artesanato. Calza Bini (1989) enfatiza o entrosamento entre a organização industrial e as características sócio-culturais forjadas historicamente. Estas formas não se limitam ao aspecto da organização da produção, mas fazem referência à presença, num determinado território, de uma “sinergia de socialização cultural”, isto é, dos diferentes componentes que concorrem para a emergência de formas de emprego e de empresas constituídas sobre bases históricas preexistentes.

A erosão da visão econômica é, assim, assumida como um fato necessário quando se quer realizar estudos regionais do mercado de trabalho. Neste caso, a especificidade emerge como fruto da originalidade das condições endógenas, isto é, dos recursos culturais, institucionais e históricos recuperados pelos atores para a viabilização das práticas produtivas.¹⁵ O leque da diferenciação, sua sedimentação e transformação no tempo compõem as lógicas do patrimônio de recursos disponíveis nas realidades locais.

Gostaríamos de evidenciar, por último, um outro grupo de autoras que se distanciam da análise da intervenção das estruturas no estudo do mercado de trabalho. O campo temático por elas escolhido é relativo à sexualização das relações de trabalho. Maruani (1985), Scott (1990) e Lobo (1991) introduzem a problematização das relações de *gênero* no mundo do trabalho. Ao adotar esta perspectiva, elas reforçam a necessidade de transformar os agentes econômicos em atores sociais. Cada segmento social, ao lado das estratégias orientadas pela racionalidade econômica que o vinculam à produção, apre-

senta-se socialmente, age e elabora imagens, representações, símbolos e valores. O mercado de trabalho representa, então, o conjunto de relações sociais e não exclusivamente a estrutura de lugares. É nesse contexto que toma corpo o interesse em identificar e preencher o vazio deixado pela economia no que diz respeito à análise sociológica do emprego. Maruani chega a propor uma sociologia do emprego como vertente que cobriria esse “espaço virgem” do estudo das diferenças, das relações de força e de poder entre homens e mulheres. Para esta autora, a relação com o emprego se diferencia da relação com o trabalho, entendido no sentido de profissão. A distinção entre estes dois conceitos evidencia o engajamento dos indivíduos homens e mulheres na atividade profissional. Isto é, em decorrência da intervenção da subjetividade é possível separar a maneira como as pessoas se relacionam com o *trabalho* no que diz respeito às questões de salário, hierarquia, promoção, carreira, profissionalização, condições de trabalho, daquela relação que têm com o *emprego*, que engloba o problema do acesso e as modalidades de entrada no mercado tais como: atividade/inatividade; trabalho/desemprego; precariedade/estabilidade. É neste último conceito que estão incluídas as opiniões, as atitudes frente à busca, à interrupção ou à retomada da atividade profissional: “Não amar o próprio trabalho não significa recusar ter um emprego”. Assim, para Maruani seria necessário não confundir, menos ainda abandonar, a reflexão sobre as contradições entre esses dois termos.¹⁶

Lobo (1991) realiza uma revisão bibliográfica, um “itinerário” dos estudos sobre o trabalho feminino detectando as problemáticas e os conceitos que guiam a produção da sociologia do trabalho no Brasil. Suas conclusões são próximas da nossa problematização, na medida em que se torna a mencionar o abandono da perspectiva estrutural-econômica e enfatizar a importância de resgatar a subjetividade dos atores no campo analítico da sociologia do trabalho. A categoria *gênero* é, assim, um recurso essencial para avan-

çar na análise das representações simbólicas, das linguagens não neutras de classe e do trabalho.

Considerações Finais

Recuperar algumas das contribuições para a crítica das determinações estruturais numa análise de classe foi o nosso objetivo principal, desenvolvido de modo a evidenciar a multiplicidade dos percursos que compõe a análise de classe. Foi necessário uma revisão histórica para reconsiderar a disparidade de elementos que haviam sido escamoteados em uma redução interpretativa. Neste contexto o esforço de autores como Thompson e Hobsbawm é válido. Não se trata de uma crise de conceitos pelo fato de terem sido elaborados no século passado, mas sim da premência em qualificar a emergência do capitalismo face à ruptura do feudalismo. A “expulsão das práticas humanas” pela ênfase nas inovações das forças produtivas fortaleceu o peso das dimensões estruturais. Neste sentido, a dificuldade é muito menos de transferência histórica do que de construção de um modelo analítico. A nova historiografia procura então reformular o quadro dos componentes analíticos articulando “ação e condicionamento” por meio da reformulação do princípio de co-determinação.

As expressões “classe trabalhadora” e “proletariado”, fruto das modificações do século XIX, sofreram um desgaste com o passar dos tempos; elas não podem ser retomadas *ipsis litteris* para caracterizar a complexidade das sociedades contemporâneas. Este segundo desafio diz respeito às formas atuais que tornam complexas as próprias bases do desenvolvimento do capitalismo que não realizou a pretensa polarização burguesia vs. proletariado. A diversificação das práticas produtivas, a mobilização política e a luta social abrem novos desafios para a análise das relações sociais. De Przeworski a Offe sublinha-se como a referência às relações de produção, no seu significado estrito, empobrece a análise do jogo da formação das identidades e expressões sociais em fase de elaboração. Justifica-se, portanto, o esforço em dar

uma nova amplitude ao conceito de **trabalho** abrindo-se o leque para a inclusão de mediações que o enriquecem.

As dimensões institucionais, históricas e culturais que completam a análise do trabalho assalariado ajudam a integrar à prática econômica a ação dos agentes. A heterogeneidade e a flutuação econômica dos anos 80 sugerem que se insira a especificidade do trabalho assalariado num contexto mais amplo das alternativas possíveis de *mise au travail* que rompem, mais uma vez, com a visão simplificada das dicotomias trabalho/não-trabalho; emprego/desemprego; produção/reprodução.

Recuperar da literatura econômica a categoria **mercado de trabalho** e renová-la, graças à problematização das relações sociais, responde à exigência de dar conta das transformações mais recentes no mundo do trabalho. Ao desestruturar a primazia de sua explicação macroeconômica (tradicional), o mercado de trabalho dá outro alento à análise das relações sociais que têm no espaço local ou regional possíveis aberturas.¹⁷

Outras categorias como “forças sociais” e “gênero” resgatam a intervenção das relações de poder pelo destaque dado ao político na sua capacidade difusa de agenciamento; a “sinergia da socialização cultural” aponta sob qual formação cultural as relações econômicas atuam na configuração dos mercados de trabalho.

Estas notas bibliográficas que ilustram a necessidade de se rever a interpretação da polarização das classes foram inspiradas pela observação dos processos reais ocorridos no Nordeste e, estamos certos, serão frutíferas para a interpretação da configuração das classes nesta região, dada a heterogeneidade e a alta fragmentação de sua organização produtiva e das relações entre Estado e sociedade civil ali desenvolvida.

(Recebido para publicação
em outubro de 1992)

Notas

- * Este texto é fruto de reflexões desenvolvidas quando da nossa participação no grupo interinstitucional de pesquisa Relações de Trabalho — Relações de Poder, grupo este que congregou, de 1986 a 1989, pesquisadores do Nordeste e do Norte do País.
1. Entre os autores que analisam a década 1980/1990 podemos citar Saboia (1991). Esta expressão “década perdida” tem limites evidentes em razão de se referir apenas ao aspecto econômico. Com efeito, os indicadores macroeconômicos pouco evoluíram, havendo até sinais de regressão nesse período. Isto para nós não significa que o mesmo aconteceria se usássemos o recorte político e social. A redemocratização e as forças sociais que hoje se verificam no cenário nacional brasileiro não podem ser simplesmente esquecidas.
 2. Ver Potengy (1986); Oliveira (1987); Sader (1988).
 3. Retomamos as próprias palavras do autor: “Evidentemente, a questão é como o indivíduo veio a ocupar este papel social e como a organização social específica aí chegou. Esta é uma questão histórica. Se determos a história num determinado ponto, não há classe, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas, se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico (Thompson, 1987: 11).
 4. A insatisfação de Przeworski assim se expressa: “O conceito de proletariado era evidente por si mesmo para Marx e para os primeiros socialistas pelo fato de que nos meados do século XIX a conotação teórica do conceito de proletariado, definido em termos de separação dos meios de produção, corresponder exatamente ao conceito intuitivo de proletariado, concebido em termos de trabalhadores manuais, principalmente da indústria [...] Sabia-se porque os critérios concebíveis — a relação com os meios de produção, o caráter manual do trabalho, o emprego produtivo, a pobreza, a degradação — tudo coincidia” (Przeworski, 1977: 7).
 5. A renovação teórica de Laclau chega assim a propor a remoção da centralidade do sujeito: “A psicanálise demonstra que, longe de se organizar em torno da transparência do ego, a personalidade se estrutura em vários níveis, fora da conscientização e da racionalidade dos agentes. Logo em seus primórdios, o marxismo foi forçado a reconhecer a assimetria fundamental entre conscientização efetiva dos agentes e a que deveria ter correspondido a eles, de acordo com seus interesses históricos — embora a reação marxista a esta descoberta, em vez de conduzir a uma crítica do racionalismo implícito na noção de interesse, tivesse sido, pelo contrário, uma reafirmação destes últimos [...] A noção clássica de subjetividade foi removida. Ao invés de encarar o sujeito como uma fonte que forneceria um significado ao mundo, vemos cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura” (Laclau, 1986: 42).
 6. “De um lado, suas lutas têm o efeito de preservar ou transformar as relações sociais, inclusive as relações de produção. De outro lado, as classes constituem o único vínculo entre as relações de produção e os-atores-históricos-em luta” (Przeworski, 1977: 19).

7. Em *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra* (1892) Engels elabora o primeiro esboço da teoria da população sob o modo de produção capitalista. Esta será sucessivamente desenvolvida por Marx no capítulo V de *O Capital*.
8. O autor assim reconhece a importância deste recurso teórico: "O que importa ver bem é que a existência de uma classe em uma formação supõe a sua presença ao nível político por *efeitos pertinentes* que, no entanto, não têm necessidade de se desenvolver até a organização política própria, estritamente falando, ou à constituição de uma ideologia própria desta classe" (Poulantzas, 1986:79).
9. Para uma revisão crítica da abordagem da origem econômica da categoria "mercado de trabalho" há uma vasta literatura de referência. A título de sugestão, lembramos Casassus (1981); Sabel (1985); Bagnasco (1988 a e b); Offe (1989).
10. Em razão principalmente da adoção do *Statuto dei Lavoratori*, em 1970. Ver a reflexão elaborada por Le Borgne (1991) e Azais (1992).
11. Oferecemos como orientação bibliográfica alguns estudos sobre a realidade italiana que já nos anos 70 apontava as disparidades regionais frente à implantação e o desenvolvimento da industrialização fordista. Lembramos Bagnasco (1977); Brusco (1975); Calza Bini (1976); Capecchi (1978); De Meo (1970); Frey (1974); Paci (1975).
12. Assim, Calza Bini delimita o novo desafio empresarial: "O problema da rigidez da força de trabalho se insere no contexto como custo menos variável de quanto tinha sido previsto pela teoria econômica sobre a base das regras sociais de classe, dos direitos civis bem mais limitados, das organizações sindicais bem mais frágeis e mais imaturas, de contextos sociais mais importantes [...] No mesmo momento, o fator trabalho chegando a ser mais fixo deve, como os outros fatores, ser avaliado pelos investimentos e pelos esforços sobre o plano da amortização e da obsolescência. Tudo obriga a que as empresas reduzam os efetivos de força de trabalho por estes apresentarem altos riscos de obsolescência, uma baixa produtividade, um frágil poder de reconversão e um potencial reduzido de valorização" (Calza Bini, 1989:52).
13. Pode-se pensar, por exemplo, no papel dos incentivos fiscais, das políticas de emprego e dos programas de intervenção e de investimentos.
14. Citamos, a título de exemplo, além da coletânea organizada por Maruani (1989), o artigo de Capecchi (1987).
15. O sociólogo Bagnasco (1977:110) reconstrói as práticas industriais da burguesia italiana meridional por meio dos mecanismos implícitos e da ação política da reorganização das ocupações. A gestão do trabalho precário e do desemprego são relações que caracterizam e que dão vida às práticas de produção e de classe na formação social da Itália meridional. Estas formas são suportadas pelas relações de clientela e pela construção da dominação que reformulam: o controle, a lógica especulativa fortemente concentrada no mundo político, o clientelismo no acesso aos subsídios e aos empregos público-administrativos.
16. Ver o capítulo "A Cegueira das Ciências Sociais" in Maruani (1985).
17. Lembramos entre as várias reflexões sobre a regionalização das relações sociais Gramsci (1977) e Oliveira (1977). A noção de "local" passa, então, a ser primordial por oferecer novas pistas ao entendimento do limite das análises macroeconômicas e um novo olhar sobre a articulação "trabalho/extra-trabalho" e, conseqüentemente, sobre o conceito de relação salarial.

Bibliografia

- Anderson, P.
1980 *Arguments within English Marxism*. Londres, Ed. NLB and Verso.
- Azaïs, C.
1992 *Systèmes Productifs Locaux Français et Districts Industriels Italiens: Éléments d'une Problématique à la Croisée de la Sociologie et l'Économie*. Université de Picardie, Faculté d'Économie et de Gestion, mimeo.
- Bagnasco, A.
1977 *Tre Italie: La Problematica Territoriale dello Sviluppo Italiano*. Bologna, Ed. II Mulino.
1988 "La Sociologia Economica", in *Dove Va la Sociologia Italiana?* Bari, Ed. Laterza.
1988a *La Costruzione Sociale del Mercato*. Bolonha, Ed. II Mulino.
- Brusco, S.
1975 "Organizzazione del Lavoro e Decentramento Produttivo nel Settore Metallmeccanico F. L. M. (a cura di)". *Sindacato e Piccola Impresa*. Bari, Ed. De Donato.
- Calza Bini, P.
1989 "Classes Sociales et Flexibilité", in M. Maruani; E. Reynaud E. e C. Romani (eds.), *La Flexibilité en Italie*. Paris, Ed. Syros/Alternative.
- Capecchi, V.
1987 "Formation Professionnelle et Petite Entreprise: Le Développement Industriel à Spécialisation Flexible en Emilie-Romagne". *Formation — Emploi*, n.º 19.
- Capecchi, V. e Pugliese, E.
1978 "Due Città a Confronto: Bologna e Napoli". *Inchiesta*, n.º 8.
- Cappellin, P.
1991 "Emprego, Família e Debate Sindical: A Discussão sobre a Divisão Sexual do Trabalho". *Anais do Seminário Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho*. São Paulo, ABET/USP.
- Casassus Monero, C.
1981 "Le Marché du Travail comme Niveau d'Analyse de la Structure de Classes". *Sociologie du Travail*, n.º 2.
- De Meo, G.
1970 *Evoluzione e Prospettive della Forze del Lavoro in Italia*. Roma, Istat.
- Engels, F.
1975 *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto. Ed. Afrontamento.
- Frey, L.
1974 "Le Piccole e Medie Imprese Industriali di Fronte al Mercato del Lavoro". *Inchiesta*, n.º 14.
- Gramsci, A.
1977 "Alguns Temas da Questão Meridional". *Temas de Ciências Humanas*, n.º 1, São Paulo, Ed. Grijalbo.
- Hobsbawm, E. J.
1987 *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Laclau, E.
1986 "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 2.

- Le Borgne, D.
1991 La Politique Industrielle Régionale en Italie. Paris, Ministère de l'Industrie et de l'Aménagement du Territoire/CEPREMAP, mimeo.
- Lobo, E. S.
1991 *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo, Brasiliense.
- Maruani, M.
1985 *Mais Qui a Peur du Travail des Femmes?* Paris, Ed. Syros.
- Maruani, M., Reynaud E. e Romani, C.
1989 *La Flexibilité en Italie*, Paris, Ed. Syros/Alternative.
- Maurice, M.
1987 "Réflexions sur les Constituants du Marché du Travail", in M. Maruani e E. Reynaud, *L'Emploi en Allemagne*. Paris, Ed. Alternative/Syros.
- Offe, C.
1989 *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.
- Oliveira, F. de
1977 *Elegia para uma Re(li)gião*. São Paulo, Paz e Terra.
1987 *O Elo Perdido. Classe e Identidade de Classe*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Paci, M.
1975 "Crisi, Ristrutturazione e Piccola Impresa". *Inchiesta*, n.º 20.
- Potengy, G.
1986 "As Mudanças nas Relações de Trabalho e o Novo Clientelismo do Campo na Paraíba". *Anais do Seminário Relações de Trabalho e Relações de Poder*. Fortaleza, UFCe/NEPS.
- Poulantzas, N.
1986 *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Ed. Martins Fontes.
- Przeworski, A.
1977 "O Processo de Formação das Classes". *Dados*, n.º16.
1989 *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
1991 "Le Défi de l'Individualisme Méthodologique à l'Analyse Marxiste". In P. Birnbaum e J. Leca (orgs.), *Sur l'Individualisme*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Sabel, C.F.
1982 *Work and Politics. The division of labor in industry*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Saboia, J.
1991 "Emprego nos Anos Oitenta". *Anais do Seminário Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho*. São Paulo, ABET/USP.
- Sader, E.
1988 *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Scott, J.
1990 "L'Ouvrière, Mot Impie, Sordide". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 83.
1988 "Genre, une Catégorie Utile d'Analyse Historique". *Les Cahiers du Grif*, n.º 37/38.
- Thompson, E. P.
1979 *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Ed. Crítica.
1981 *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro, Zahar.
1987 *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Campesinato e Historiografia no Brasil. Comentários sobre Algumas Obras Notáveis¹

Guillermo Palacios

A historiografia brasileira moderna dedicada à história agrária tem tido uma notável dificuldade em trabalhar com categorias sociais que não se integrem diretamente ao complexo monocultor escravista. Este texto procura discutir algumas modalidades desse desconforto, intimamente vinculado a determinadas perspectivas teóricas, analisando as formas como a “história” dos grupos de cultivadores pobres livres, o campesinato da formação escravista brasileira, tem sido considerada por representantes das principais correntes historiográficas vigentes no país. Evidentemente, a seleção de autores e correntes não é exaustiva, e só pode ser compreendida — e justificada — no contexto do projeto de pesquisa ao qual me dedico desde 1984, e que busca, em termos gerais, resgatar materiais para uma história do campesinato nordestino entre inícios do século XVIII e o último quarto do século XIX, quando se constitui o chamado mercado de trabalho livre na região.

É notória e notável a falta de tradição dos estudos sobre história camponesa no Brasil. Embora algumas teses de mestrado, produto de programas disciplinares específicos desenvolvidos ao longo da década de 1980, trabalhem a questão — basicamente no Rio de Janeiro do século XIX, e, como é de se esperar, com documentação limitada² —, não existe praticamente nenhum estudo de fôlego que tenha tomado para si o encargo de discutir — com base em pesquisa razoavelmente abrangente — o papel que os homens e as mulheres livres e pobres do

imenso interior do país, engajados em sistemas agrários centrados em cultivos de subsistência, tiveram na conformação dos processos sociais, políticos e econômicos que constituem a História do Brasil — apesar desses grupos terem compreendido, grosso modo, nove décimos da população livre dos séculos da colônia e talvez uma proporção ainda maior durante o Império.³ Nem sequer o tão (externamente) intenso quanto efêmero e ambivalente surto de interesse pelos “estudos camponeses” na década de 1970 foi capaz de beneficiar, historiograficamente falando, esse enorme segmento da população do Brasil, embora na sua esteira tenham-se multiplicado com certa profusão os estudos referentes aos movimentos do campesinato e categorias afins nos últimos decênios.⁴ É bem verdade que a onda que atacou virulentamente os principais centros acadêmicos europeus e norte-americanos — com seus inevitáveis reflexos sobre seus similares na América Latina e em outros territórios periféricos ou semi-periféricos — tinha e tem no Brasil profundas e imperativas razões empíricas, localizadas nos movimentos sociais agrários da década de 1960, e em especial nas famosas Ligas Camponesas, na pressão pela reforma agrária e nas tentativas por estruturar um movimento de trabalhadores rurais no nível nacional.⁵ Mas o interesse dos estudiosos, por via de regra sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, projetou-se e continua a se projetar em direção ao futuro antes que mergulhar em períodos anterior-

res. Até porque (mas não só) a deusa epistemologia assim o manda.

Recentemente — a partir de meados da década de 1970 — alguns valiosos estudos foram publicados, versando sobre a história de um “tipo” de campesinato que costuma ser o único geralmente aceito enquanto tal — e ainda assim com reservas — pelo consenso dos cientistas sociais e praticantes das chamadas Ciências Humanas no Brasil; pelo menos em termos de “campesinato” com raízes históricas — embora estas não sejam muito profundas, ou então, não estejam enraizadas nem no território nem na História Colonial do Brasil. Falo, é claro, dos trabalhos sobre o colonato do café em São Paulo e sobre a emigração européia para as províncias do sul do Brasil em geral — tanto estudos de especialistas brasileiros, notavelmente de São Paulo (ou trabalhando nas suas universidades e instituições de pesquisa), quanto de historiadores e sociólogos estrangeiros interessados num processo que deita sua origem nas especificidades da história da expansão do capitalismo na Europa.⁶ Assim, na medida em que essas obras abordam movimentos que — embora sejam qualitativamente similares — são historicamente diversos dos analisados neste trabalho, deixo de considerá-las aqui.

Vejamos então, brevemente, a visão construída pelos representantes das principais tendências historiográficas contemporâneas que se interessam direta ou indiretamente na história agrária do Brasil, sobre a inserção do campesinato — ou, mais genericamente, do conjunto das massas rurais — no processo geral da formação do país, em especial de um dos espaços coloniais por excelência, o nordestino. Um primeiro problema a destacar parece ser, como é freqüente, resultado de questões semânticas, derivadas do amplo leque de denominações utilizadas para denotar — histórica e historiograficamente — o campesinato regional dos primeiros séculos. Dizer isto não é livrar a cara dos dias de hoje a esse respeito, mas simplesmente restringir estes comentários ao período definido pela vigência da escravidão, pois

é de domínio público que até a segunda metade da década de 1950 tudo, menos “camponês”, era usado para denominar o pequeno produtor agrícola de gêneros de subsistência: “matuto”, “caipira”, “homem do campo”, “rurícola”, “colono”, “lavrador”, “agricultor de subsistência” — até o mais recente e desenvolvimentista “produtor de baixa renda”. Foi necessário que o próprio sujeito da oração, por assim dizer, assumisse o termo “camponês” na sua conotação política (ligas, movimentos, lutas) para que no Brasil fosse possível falar e escrever com certa descontração sobre esse tipo de populações.⁷ Então, se a própria “realidade” sócio-política tem olhado com tanta ambigüidade para esses grupos, não é de se estranhar em demasia que os historiadores — seres sabidamente caracterizados pela cautela e pela reticência como instrumentos metodológicos —, tenham tido igualmente grandes dificuldades e profundos escrúpulos teóricos e conceituais na tarefa de descrever ou definir como “camponesas” as populações rurais livres e pobres que, desde o século XVIII, se reproduzem no Nordeste brasileiro com base na agricultura de subsistência e no trabalho familiar. O problema se complica ainda mais quando se lembra que a questão da formação do campesinato e seu lugar no processo histórico geral do Brasil converteu-se, na década de 1960, em motivo de delicados desentendimentos teóricos, que transbordaram inteiramente os objetivos temáticos da produção historiográfica da época — pelo fato de serem quase todos os autores que se interessaram no assunto membros de uma dividida tradição marxista.

1. Caio Prado Jr.

O caso mais notável é, sem dúvida, o do ilustre historiador paulista Caio Prado Jr., ou melhor, a polêmica que teve nele uma das suas figuras centrais — versando, como é sabido, sobre a natureza “feudal” ou “capitalista” das relações sociais existentes no campo brasileiro nos jovens anos 60 deste século. Os termos desse maçante debate são de sobra conhecidos e nada mais longe dos meus propósitos do que entrar nele. É necessário

apenas lembrar, superficialmente, as questões principais para situar o objeto de estudo deste ensaio no contexto da polêmica. Discutia-se no fundo, como é sabido, o “tipo” de revolução que convinha ao Brasil, sendo que uma parte da intelectualidade militante de esquerda, apoiando a idéia de que obstáculos e “restos feudais” dominavam a questão agrária e impediam o desenvolvimento do capitalismo, advogava programas, táticas e alianças que correspondessem a uma “revolução burguesa”, “anti-latifundiária”. A outra vertente rebatia essa tese sustentando a natureza plenamente “capitalista” da agricultura brasileira e a necessidade de se preparar para o advento de uma revolução não mais “burguesa”, cujo tempo e oportunidade já teriam passado, e sim “socialista”.⁸ Na polarização doutrinária que delimitou os marcos do debate, “o camponês” e “o campesinato” passaram a envergar papéis de grande importância no ajuste de contas entre intelectuais e membros das diversas facções da esquerda marxista, e — por incrível que pareça neste fim de século — sua “existência histórica” esteve por alguns anos pendente do resultando da polêmica. De sobra dizer que os adeptos do “feudalismo” achavam o “campepinato” um dado líquido e certo na História do Brasil, mas geralmente com tantas deficiências e falta de profissionalismo nas suas análises e proposições⁹ que, de um ponto de vista, digamos, puramente intelectual, jogavam as simpatias de qualquer leitor medianamente informado para o lado contrário. Lá tronejava Caio Prado Jr., desmontando as fracas argumentações rivais e, de quebra, negando enfaticamente a existência do campesinato no Brasil e sublinhando (já), como alternativa, a preeminência do escravismo enquanto fator explicativo central da peculiar feição da questão agrária no Brasil da metade do século XX.

Mas, a despeito dos excessos partidários desse debate, a obra de Caio Prado Jr. é preciosa para qualquer estudo que lide com a formação do campesinato no Brasil, pelo menos por dois motivos principais. Inicialmente, é claro, por se tratar do primeiro

historiador brasileiro a abrir espaço em seus trabalhos para considerar — independentemente do acerto ou do equívoco das suas asserções — a situação dos segmentos “desclassificados” da sociedade colonial, como já foi justamente notado em outro lugar.¹⁰ Depois, porque apesar de erros eventuais e algumas generalizações comprometedoras, ninguém como ele “usou” a história com tanta propriedade para discutir a problemática social, econômica e política do Brasil contemporâneo. E nessa empreitada de fazer da história uma ciência “aplicada” ao presente, Caio Prado Jr. prestou aos “estudos camponeses” serviços inestimáveis, basicamente compendiados nas páginas de *A Questão Agrária e A Revolução Brasileira*, ambas escritas na primeira metade da década de 1960. Mas foi num trabalho posterior, *História e Desenvolvimento*, elaborado em 1968 e publicado em 1972, que Caio Prado Jr. deu a volta na sua própria obra e admitiu, finalmente, a existência “do que constituiria, na economia agrária da colônia, um setor propriamente camponês”.¹¹ Para chegar a isso passaram-se mais de 30 anos e quase uma dúzia de livros do autor sobre a História do Brasil. Vejamos breve, quase epidermicamente, essa evolução do pensamento pradiano.

A atenção de Caio Prado Jr. pelos grupos aqui chamados de “cultivadores pobres livres”, o campesinato da sociedade colonial, apareceu inicialmente em *Formação do Brasil Contemporâneo*, obra de 1942. Nela o autor desenhava a dicotomia básica da agricultura dos primeiros séculos do Brasil — dicotomia que ainda perdura em muitas regiões nas suas linhas essenciais, tanto na prática quanto nos esquemas analíticos historiográficos, sociológicos e econômicos. Como é sabido, ela se compunha de um setor produtivo dedicado à agricultura de exportação e outro concentrado em “atividades acessórias” que integravam uma “economia de subsistência”. Ambos esses sistemas sofriam, eventualmente, sobreposições que permitiam que o de “exportação” tivesse seus produtos consumidos internamente — isto é, convertia-se em “subsistência” —, enquanto que os produtos

típicos desta eram por sua vez igualmente “exportados” em determinadas conjunturas, como no caso do algodão. Dentro do chamado “setor de subsistência” aparecia porém uma importante subdivisão, que também daria lugar a diversas interpretações e refinamentos posteriores. De fato, a “agricultura de subsistência” colonial estava composta por dois sub-setores claramente diferenciados: de um lado os escravos e seu trabalho, voluntário ou compulsório, aplicado ao cultivo de alimentos dentro das terras das *plantations*, e do outro culturas alimentares que constituíam “lavouras especializadas” para o abastecimento de espaços urbanos, integradas por “até a insignificante roça, chácara ou sítio, onde não há escravos ou assalariados e onde o proprietário ou simples ocupante da terra é ao mesmo tempo o trabalhador”. Um esclarecimento a seguir, porém, acabava com qualquer esperança de que tais “ocupantes” — os “sem-terra” coloniais — fossem tratados entanto que integrantes de segmentos social ou economicamente definidos como camponeses. Pelo contrário, argumentava o autor, o “ocupante”

“ocorre frequentemente sob a forma de agregado dos grandes domínios [...] trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio [...] sob o aspecto econômico ele faz as vezes de um pequeno produtor autônomo”.¹²

Mas, independentemente da substância quase-feudal das categorias empregadas para definir os pobres livres rurais nos séculos da colônia, um certo determinismo econômico pouco elaborado, misturado com argumentos de origem evolucionista, convergiam para moldar e adaptar o perfil social dos integrantes desses segmentos, os habitantes das áreas de “agricultura de subsistência”, a uma atividade produtiva dada:

“as populações que nelas se fixaram, populações marginais de baixo teor de vida na maioria, aí se encontram só porque não acham lugar nas zonas de maiores pers-

pectivas que são da grande lavoura. A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização [...] um elemento humano residual, sobretudo mestiços de índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então brancos degenerados e decadentes.”¹³

A citação é longa, mas é extremamente importante porque resume uma visão que, com ligeiras modificações, atualizações e, certamente, depuração de termos inconvenientes, perdurará nas suas linhas principais na obra de Prado Jr. para definir os segmentos “desclassificados” do campo e, por sua vez, desclassificá-los para servirem como fundamento da existência de um campesinato colonial. Assim, em páginas posteriores de *Formação do Brasil*, ele volta com singular veemência a tratar da natureza “inferior” das populações dedicadas à agricultura de subsistência, advertindo que a estrutura social da colônia estava constituída, fundamentalmente, por um punhado de senhores e uma multidão de escravos, a “massa trabalhadora”. Ambos esses segmentos formavam os grupos perfeitamente “bem classificados” do sistema entanto que, entre eles “comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e dos inadaptados [...] Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde veria o povo brasileiro.”¹⁴

Três anos depois — 1945 — apareceu a *História Econômica do Brasil*, obra destinada a apresentar uma visão geral do tema na qual, compreensivelmente, o autor comete freqüentes auto-citações textuais de *Formação do Brasil*, sobretudo no que diz respeito ao objeto deste estudo. A repetição textual, porém, não deixa ainda assim de significar um certo empobrecimento no já genérico (e irritado) tratamento dado à questão. Pois, se por um lado em 1945 um maior rigor na terminologia elimina termos como “domínio”, “vassalagem”, ou “hierarquia”, que pode-

riam sugerir ambivalências na fonte teórica da interpretação, por outro a aplicação dessa preocupação ao campo específico do objeto deste texto resulta na desaparecimento definitiva dos “ocupantes” como grupos a serem considerados na História do Brasil — pelo menos de forma independente. De certa maneira, a dependência estabelecida por Caio Prado entre “ocupante” e “proprietário da terra”, isto é, a simbiose reducionista de “ocupante” com “agregado”, sonega literalmente a imensa maioria da população rural da colônia e a desqualifica como protagonista da História do Brasil, passando a batuta deste processo à grande propriedade, à grande lavoura, à agricultura de exportação, ao capital enfim. Assim, as “lavouras especializadas” de *Formação do Brasil* aparecem agora depuradas de ambigüidades e “especificidades” coloniais ou escravistas, e centradas na figura do “proprietário”, associado ao qual aparece finalmente o “camponês”:

“Forma-se assim, um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo”.¹⁵

Duas décadas se passariam antes que Caio Prado voltasse a tocar no assunto da formação econômica e social no Brasil e, especialmente, da — já por então — espinhosa “questão agrária”. Mas em alguns dos artigos reunidos na coletânea que leva esse título,¹⁶ Prado Jr. oferecia uma visão bem mais equilibrada e menos visceral das populações pobres do campo do que nas suas obras anteriores. Preparava-se a batalha contra os “feudalistas”, na qual o campesinato, isto é, sua negação ou sua afirmação, convertiam-se em pedões de um particular jogo teórico e tático pela revolução. Porém, embora com maior sofisticação, a linha de argumentação escolhida continuava sendo a de definir o campesinato no Brasil pelo que ele não é nem nunca foi — quer dizer, proprietário

parcelar como seu congênere europeu, para depois negá-lo por não se ajustar ao modelo escolhido, ao invés de procurar defini-lo pelo que ele efetivamente tinha sido na História do Brasil. De passagem, os “desclassificados” e os “degenerados e decadentes” dos trabalhos anteriores converteram-se agora em indivíduos da mesma espécie que tinha definido anteriormente os escravos: “massa trabalhadora” — o termo santificado por um tipo de rigor marxista avesso à sutileza e à diferenciação:

“Senão, vejamos. Os sucessos da exploração agrária se devem no Brasil, em primeiro lugar, à larga disponibilidade de terras em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do País, e que se tornaria sua classe dominante, nenhum outro contingente da população. A massa escrava, mais tarde, apenas recém-egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação [...] O papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro — salvo as exceções, relativamente insignificantes, dos colonos do extremo sul do País e do Espírito Santo —, e que ainda cabe, é tão-somente, no essencial, o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada.”¹⁷

Como se vê, a ampliação semântica de “massa trabalhadora” serviu apenas para soterrar novamente qualquer vestígio de cultivadores livres pobres não-vinculados à economia de *plantation* — que é, em definitivo, a que importa e interessa. A “massa da população rural”, dessa maneira, só pode chamar a atenção da História do Brasil e dos seus estudiosos, na medida em que ela “se formou e constituiu, precisamente, para esse fim de proporcionar mão-de-obra”.¹⁸ Assim reconsiderados, os segmentos de população “residual” que nas obras anteriores do autor se localizavam naqueles nebulosos setores de “agricultura de subsistência”, arrastando suas vidas miseráveis, perdem qualquer na-

tureza produtiva e até o preconceituoso universo de características sócio-culturais que antes se lhes atribuía, para serem agora enquadrados dentro da “classe fundamental” de uma economia colonial “capitalista”. Isto tudo por causa de um ajuste no enfoque teórico do autor paulista e não como resultado de pesquisa suplementar. A visão naturalmente se empobrece conforme a explicação se torna mais rígida e irrefutável: o “sentido” da colonização de Prado Jr. traduzia-se, para os cultivadores pobres livres, no “precisamente” antes citado.¹⁹

Finalmente chegamos a *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966. Nessa obra, a última contribuição de fôlego do autor para a discussão dos problemas e das encruzilhadas da conjuntura brasileira dos anos 60, a polêmica no interior das correntes partidárias da esquerda marxista, com destaque para as divergências dentro do próprio Partido Comunista Brasileiro, ocupam já um espaço proeminente e é em função delas que a questão do campesinato vai ser mais uma vez discutida pelo autor. Porém, mais calibrado e cauteloso nas suas proposições, Prado Jr. inicia aqui a longa volta por cima para reconsiderar o estatuto histórico dos pequenos cultivadores de subsistência. Depois de tê-los identificado como segmentos marginais, quase no sentido do termo inglês “mob”,²⁰ nas suas primeiras obras e de tê-los indiferenciado e assimilado, em trabalhos intermediários, às “massas trabalhadoras”, o historiador paulista procede então a uma paulatina aproximação entre cultivadores de subsistência e as categorias de “camponês” e “campesinato” — embora estas sejam ainda atribuídas tacitamente a grupos sociais resultantes de processos recentes e não a populações da colônia. De fato, nesta não teria havido, “como nas origens do agrarismo feudal, a constituição do latifúndio na base e em superposição a uma economia camponesa preexistente e que se perpetuou em seguida como objeto da exploração pelos latifundiários feudais”. Pelo contrário,

“o que corresponde no Brasil a uma economia camponesa, constitui historicamen-

te, no geral, a negação da grande exploração, pois resultou em regra da decomposição e destruição da grande exploração pelo parcelamento da base fundiária em que ela se assentava [...] Efetivamente, o que no Brasil constitui propriamente a economia camponesa (a exploração parcelária e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção, em terras suas ou arrendadas), isto representa via de regra um setor residual da nossa economia agrária”²¹

Já estamos, por fim, no terreno da reconsideração dos fatos e das interpretações — e alguma coisa se vislumbra no Brasil colonial que corresponde a uma economia camponesa, embora o modelo continue firmemente aferrado à tradição européia. Veremos que em *História e Desenvolvimento*, conforme citado no princípio deste aparte, essa correspondência escorrega suavemente para um reencontro pleno entre o sujeito e seu conceito. Teríamos então, no último trabalho publicado de Caio Prado Jr., a junção das mesmas características por ele próprio apontadas ao longo da sua obra para ilustrar a ínfima qualidade da agricultura de subsistência no Brasil Colonial (e Contemporâneo) e a natureza não inteiramente recomendável dos seus praticantes, com a categoria social que ele relutou em empregar para identificá-los. Mas é precisamente pelo impressionante rosário de “defeitos” que precedem sua designação, isto é, porque a própria substância do conceito o desqualifica para ser empregado em postulados teóricos, que a reunião se torna paradoxalmente possível, nestes termos:

“É interessante notar estas circunstâncias que retratam a pequena importância e significação do que constituiria, na economia agrária da colônia, um setor propriamente camponês”.²²

Em que pese o seu papel pioneiro na incorporação dos “desclassificados” à narrativa histórica no Brasil — por mais formalmente apressada e discutível que tenha sido — e a despeito da sua importância na sua obra acadêmica, principalmente em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado não dei-

xou — talvez pelo caráter amplo do seu vóo — uma “escola” que continuasse determinada perspectiva na pesquisa nos estudos históricos. Sua influência, pelo contrário, estendeu-se (e diluiu-se) na historiografia brasileira posterior, não raro na forma elementar e básica que rende com frequência o impacto das obras clássicas praticamente imperceptível.

2. A Sociologia Histórica da USP

Bem diferente é o caso de outras vertentes da moderna pesquisa histórica no Brasil que, embora não tratem particularmente do objeto em pauta, isto é, do campesinato colonial e da sua participação no processo histórico geral do país até as décadas finais do século XIX — e geralmente sequer a ele se referiram (nem mesmo da forma um tanto quanto “lírica” de Prado Júnior) — interessam no entanto pelo peso determinante que tiveram — e continuam a ter — na orientação dos rumos subseqüentes da pesquisa e da reflexão sobre a história brasileira. Rumos que, traçados por vezes com uma combinação nem sempre bem dosada de pesquisa empírica e teoria, não deixam de ser elementos que contribuam categoricamente para “ocultar”, nas entrelinhas do discurso acadêmico marxista, a já por si vaga e quase imperceptível face dos cultivadores pobres livres conforme ela aparece — um desenho apagado, freqüentemente mais uma insinuação do que um registro — na documentação com que costuma escrever-se a História do Brasil. Refiro-me, naturalmente, aos prolíficos e provocativos estudos sobre o escravismo brasileiro, surgidos 30 anos atrás nas obras iniciais de Florestan Fernandes e seus alunos, acompanhados de perto e por vezes superados — em rigor historiográfico senão em enfoque teórico — pelo trabalho de alguns dos primeiros “brasilianistas”, reforçados todos pela renovada convicção dos estudos de Ciro F. S. Cardoso em princípios da década de 1970, e aparentemente exauridos, pelo menos por enquanto, na densa e polêmica obra de Jacob Gorender.²³

De fato, como é até certo ponto lógico e compreensível, a problemática do escravismo no Brasil, sobretudo para quem partici-

pou da elaboração dos estudos pioneiros, parecia ser precisamente a negação de uma ordem na qual populações como as que são focalizadas neste trabalho poderiam ser consideradas partícipes legítimas e “historiáveis” da sociedade, economia e cultura de uma determinada formação social. Ao contrário do que teria sido o caso, por exemplo, do escravismo antilhano, que, apesar da sua condição dominante como forma de organizar a produção e o trabalho, conviveu com segmentos histórica e antropológicamente “aceitos” como camponeses e que se originaram e consolidaram, em resistência, como uma contradição dialética do sistema geral.²⁴ Como não teria sido o caso do sul dos Estados Unidos da América, sob o qual, salvo engano, jamais se levantou a hipótese de uma camada “camponesa” (evidentemente *farmer* não corresponde) em qualquer tipo de articulação ou relação de marginalidade com o sistema dominante de controle social do trabalho; como não teria sido tampouco o caso do Brasil onde, como vimos em páginas anteriores, Caio Prado argumentou veementemente, esgrimindo a inexistência “prévia” de uma sociedade camponesa para inviabilizar, entre outras coisas e processos, a síndrome feudal.

A esse quase imperativo metodológico dos primeiros estudos sobre o significado do escravismo entanto que negação de uma sociedade de livres “economicamente ativos”, há que acrescentar a qualidade e complexidade de várias dessas obras, praticamente sem precedentes (à época da sua aparição) em termos de pesquisa em fontes primárias e/ou secundárias e de competência analítica — e pelo fato de estarem de maneira geral firmemente apoiados em perspectivas marxistas modernas. Misture-se isso tudo com as implicações teóricas resultantes e a sua abrangência como elementos explicativos da peculiar inserção da economia brasileira no mercado mundial e das especificidades da sua estrutura de classes, e teremos a força avassaladora que — mais do que todos os esforços de Caio Prado — conseguiu em poucos anos sumir (de novo) com os culti-

vadores pobres livres do mapa da história do Brasil.

Não que estes, é claro, pudessem concorrer, entanto que sujeitos de sistemas produtivos unificadores da sociedade como um todo, com o escravismo na sua época áurea, isto é, na primeira metade do século XIX — e que nessa medida as obras a que estou fazendo referência tivessem praticado algum tipo de “falácia” nas suas interpretações da história social e econômica do Brasil. É óbvio que não. Mas o que sem dúvida parece ter acontecido e estar ainda acontecendo nas linhas de pesquisa derivadas desse núcleo de estudos é um certo *superdimensionamento* — para além de um exame, digamos, equânime, da documentação — da função do escravismo como pedra fundamental da sociedade brasileira, e sobretudo a evidente superestimação da sua historicidade como relação de produção hegemônica. Porque se, por exemplo, o domínio do escravismo parece incontestável no período mencionado, o mesmo não se pode dizer tão facilmente do século XVIII (com exceção, é claro, do trabalho nas minas), quando teve que lutar em várias frentes para se impor. Mas, como a história a escrevem os vencedores, e o escravismo, como sistema, não deixa de ser um vencedor de diversos embates contra outras formas não-compulsórias de organizar a produção, temos pois aí o extraordinário poder da sua versão.²⁵

Na sua primeira onda de expansão, nos trabalhos originais de Fernandes, Cardoso, Ianni, e até no clássico livro de estréia de Emilia Viotti da Costa, a aventura intelectual de dar forma, finalmente, a uma interpretação moderna — “científica”? — da História do Brasil — *descobrimo avidamente no escravismo a cartilagem e o próprio tecido do real* — certamente ofuscou de maneira integral qualquer outro segmento social que não fizesse parte da relação primordial senhor-escravo, ou que não fosse diretamente derivado dela. Os pobres livres do campo ou das vilas e cidades aparecem geralmente nessas obras apenas nos capítulos finais, dedicados com frequência à “transição ao trabalho

livre”, quando o escravismo começava a ser substituído por um outro sistema de trabalho (e de recrutamento, crucialmente) que “capturava” essas camadas da população e, assim, as “introduzia” na história. É necessário levar em consideração, é claro, que a maior parte dos estudos citados lida com o escravismo do século XIX, não raro enfatizando o período do declínio pós-1850, isto é, momentos em que, conforme adverti alhures, a pauperização e lumpenização dos pobres livres, sobretudo dos cultivadores autônomos, era já universal.²⁶

Talvez por estarem ocupados de corpo e alma nas implicações da construção teórica pela qual foram em boa hora responsáveis, isto é, nos desdobramentos da “decodificação” da importância fundamental do escravismo (muito mais do que simplesmente um “tipo” de mão-de-obra agrícola) para explicar a sociedade brasileira do século XIX e as “seqüelas” transmitidas à organização política e sócio-econômica do Brasil republicano, talvez seja por isso, repito, que alguns membros desse brilhante conjunto de cientistas sociais e historiadores da chamada “escola da USP”²⁷ tenham desenvolvido um aparente desprezo, até certo ponto explícito, pelas *trajetórias dos pobres livres* — reproduzindo o mesmo estigma que estes sofreram na sua própria e contemporânea sociedade. Um dos mais notórios membros dessa geração, Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, num artigo de duas décadas atrás, resumia da seguinte maneira sua posição diante desses grupos sociais:

“Em todo este processo de “passagem”, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os “camponeses”, são os testemunhas mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadores da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os “rebeldes primitivos” da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível!”²⁸

Poderia ser a contundente condenação de uma historiografia preocupada apenas

com os “fortes” e com os “ganhadores”, e da forma como essa “disciplina” assim conformada pelos próprios interesses dominantes esconde e manipula, fazendo ideologia, os processos históricos reais. Mas não, é uma frase dita no sentido aparente e que, além de trocar “história” por “historiografia” (onde poderíamos endossar a visão do autor), é o tipo de argumento que garante sua própria comprovação — mas que leva igualmente implícita na sua estrutura tautológica a descrição da sua falha. Pois, convenhamos, ninguém que se aproxime da história, por exemplo, dos cultivadores de mandioca do litoral pernambucano no final do século XVIII, com uma hipótese que determina serem eles grupos que pertencem “às páginas dramáticas da história dos que não têm história”, vai achar coisíssima alguma — que não seja, é claro, que esses grupos efetivamente “não têm história possível”. O curioso é que essa afirmativa está inserida num contexto introdutório a comentários referentes à única obra saída da mesma “escola” — contemporânea a todas as anteriormente mencionadas — que trata da sociedade dos livres, e que difere, tanto no enfoque quanto em questões metodológicas e seleção de fontes, das suas congêneres. Trata-se evidentemente do já clássico *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sylvia Carvalho Franco, publicado em 1969.

Esse trabalho, apresentado como tese de doutorado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1964, prima pela excelência e pelo rigor teórico e metodológico, dentro da perspectiva específica de analisar o mundo particular dos homens livres nas suas *relações individuais*, a partir das quais a autora, como adverte na introdução, procura apreender “as situações sociais como conjuntos significativos de relações”.²⁹ Isto parece estar intimamente vinculado ao tipo de fontes escolhidas ou privilegiadas pela pesquisa, quer dizer — “talvez a única fonte para a reconstrução histórica das relações comunitárias: os processos-crimes”.³⁰ Como é de se esperar, a própria natureza da documentação orienta a

reflexão para o estudo de situações individuais conforme teorizadas por Weber. Assim, parafraseando a autora, se de fato “não cabe a arguição de que a violência ressaltou porque esquadrinhei uma documentação especializada nela”, a violência *individual* certamente se beneficiou da fonte.³¹

Isso, logicamente, não invalida em nada nem os caminhos da reconstrução do universo dos homens livres e pobres nem muito menos condiciona os postulados ou relativiza as conclusões de Franco, com as quais é necessário concordar plenamente desde que se atente (e aqui está o nó da relativização) para as especificidades do caso estudado; mas limita seu alcance porque apoiadas num enfoque teórico que ocupa grande parte das preocupações da pesquisa, e que representa metodologicamente um claro preconceito com relação a estudos que procuram discutir os espaços da *representação coletiva* dos pobres livres rurais na sociedade dos séculos dezoito e dezenove. Outra diferença está centrada no espaço geográfico propriamente dito em que a autora desenvolveu sua pesquisa, “a velha civilização do café que, no século XIX, floresceu nas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo pertencentes à região do Vale do Paraíba”. É necessário advertir, porém, que embora o título do livro de Franco seja o que é, e ela se preocupe em situar os livres na sociedade escravista, a maioria esmagadora das referências cartoriais por ela utilizadas referem-se às décadas de 1880 e 1890. Seria válido (e óbvio) argumentar que os acontecimentos objeto dos diversos processos-crimes citados são anteriores ao início da ação judiciária, e remetem pois a base de análise a anos que precederam esses momentos. Mas isso não basta para lhes tirar uma característica a todas luzes fundamental e inocultável: são situações ocorridas não mais na “ordem escravocrata”, e sim *na sua dissolução*.

No fundo trata-se, de novo, do constante problema das ciladas da historicidade e da periodização. Porque embora a autora esteja plenamente consciente desse tipo de armadilha no nível macroconceitual, querendo “evi-

tar os perigos do esquema escravismo-feudalismo-capitalismo nas interpretações da sociedade brasileira, as quais, mesmo em versões sofisticadas, fazem *tabula rasa* das dificuldades de periodização histórica,³² em momento algum ela situa suas conclusões com essa preocupação aplicada à dimensão da elasticidade temporal dos seus sujeitos, nos advertindo da peculiaridade de se tratar de um momento de desagregação da “ordem” que ela está trabalhando. Assim damos de cara novamente, como em vários dos autores anteriormente tratados, com os imponderáveis históricos que trafegam no tempo sem lenço e sem documento, sem identificação e sem data, e que reduzem a história a um conjunto de fenômenos, não de processos. Daí a hieratização de elementos e relações que deveriam ser observados numa profundidade que, de alguma maneira, superasse a historicidade interna do universo escolhido para a pesquisa. Daí que, como a mitológica *plantation* por sempre dominante, apareçam também os cultivadores pobres livres perpetuamente vestidos com figurinos que só adquiririam, de fato, a partir do triunfo das grandes unidades escravistas e da perda integral da sua autonomia:

“Sua revolta e sua violência — como a do escravo, mas noutro nível — caracterizou-se mais como um ato individual do que como um movimento social”.³³

No entanto, é claro que nada disso retira o débito que a pesquisa sobre o campesinato no Brasil escravista tem com o estudo de Franco, sobretudo naquilo que ele tem efetivamente de apreensão de “conjuntos significativos de relações”. Trata-se de argumentar apenas, contra a autora e os que concordam com as posições por ela sustentadas, que a “individualização” da problemática dos pobres livres do campo, a atomização do seu trato e das suas relações, foi o *resultado de um processo* específico de confronto com a *plantation* — sem dúvida um dos aspectos mais dramáticos da sua subordinação aos interesses da grande unidade escravista de produção. O isolamento imposto aos “sitiantes” e aos “agregados” nas décadas finais do

século XIX nada mais foi do que um elemento central à estratégia de transição dos grupos hegemônicos da sociedade agrária brasileira. Nunca uma determinante estrutural, a-histórica, do sistema.

3. O Modo de Produção Escravista Colonial

Resta, por último, comentar brevemente o trabalho dos principais formuladores da interpretação do escravismo brasileiro como “modo de produção”, e situar dentro desse esquema analítico e conceitual a posição que cabe ao campesinato ou aos cultivadores livres e pobres — no caso, do nordeste do Brasil.³⁴

Os estudos de Ciro F. S. Cardoso, já citados em páginas anteriores, ocupam-se primordialmente, como é sabido, com a consideração da natureza específica das áreas escravistas na América, e com a conceituação desses sistemas de trabalho como “modos de produção” peculiares à história continental. Isso partindo da premissa de que

“las formaciones sociales de América colonial se caracterizan por estructuras irreductibles a los modos de producción elaborados por Marx a partir del estudio de la evolución mediterránea-europea”.³⁵

Nessa empreitada, Ciro Cardoso acompanha os passos da pesquisa norte-americana sobre “the peculiar institution”, e particularmente os trabalhos de história comparada de Eugene D. Genovese e outros.³⁶ O reconhecimento da viabilidade da existência de segmentos camponeses “legítimos”, “orgânicos” e “autênticos” dentro das formações dominadas pelo escravismo aparece no esquema deste autor como uma decorrência natural do raciocínio que procura estabelecer o estatuto teórico do “modo de produção escravista”. É, naturalmente, um grande passo para tentar “acomodar” esses grupos — inegavelmente presentes nas diversas histórias regionais — nos interstícios da interpretação marxista da história agrária da América Colonial. O avanço resolve os dilemas teóricos e metodológicos enfrentados por outros autores, sobretudo por aqueles de alguma maneira comprometidos com a perspec-

tiva da “diferenciação do campesinato” ou do “capitalismo colonial”, pois implica em desenhar um esquema interpretativo em que a convivência dessas duas formas diversas de organizar a produção seja funcionalmente possível. Isto acontece usando o conceito de “formação social” e, sobretudo, procedendo a uma leitura de Marx que enfatiza e sublinha os “modos de produção secundários” dentre os quais se localiza a organização camponesa entanto que “pequena produção mercantil”.³⁷

No sentido estrito, o escravismo é igualmente plausível de ser identificado como um “modo de produção secundário” se inserido no rol dos “modos” que, nas interpretações ditas evolucionistas do marxismo, “precederam” o advento do Modo de Produção Capitalista. Mas, na medida em que o esforço teórico de Ciro F.S. Cardoso *et al* procura exatamente estabelecer o peso fundamental do escravismo na constituição das estruturas primordiais das sociedades em que ele se desenvolveu plenamente, o epíteto de modo de produção “secundário”, se adequado em função de uma observância literal do (incompleto) pensamento de Marx sobre o assunto, e especialmente desde uma perspectiva eurocentrista, é no entanto claramente inadequado e insuficiente no contexto da história de sociedades como a brasileira. Aparece então, entre o modo de produção “pleno” e o “secundário”, a noção de “modo de produção dependente” para significar o fato colonial.³⁸ Trata-se de um modo extremamente subordinado mas que, longe de ser “secundário”, domina internamente a formação social em que cresce, e nessa formação e sob esse domínio é que vão se situar agora, sem mais arestas teóricas, as “sociedades camponesas”, as comunidades de cultivadores pobres livres. Porque o escravismo, para ser “modo”, implica na recuperação da categoria empírica de “formação social” dentro da qual ele convive como um modo dependente para com o “exterior”. Aceito o “caldo” em que o modo se estrutura, a lógica e o rigor científicos mandam registrar também, internamente, os modos “secundários”, “subordi-

nados”, ou, enfim, de alguma maneira “articulados”, e que justificam a dominância do modo principal.

Infelizmente, nem nesse nem no outro artigo dedicado a discutir as principais questões teóricas envolvidas na consideração do escravismo como “modo dominante” o autor se refere especificamente ao caso brasileiro, preferindo antes utilizar sua extensa erudição para refletir sobre a história das Antilhas, que ele conhece muito bem,³⁹ ou então sobre a dos Estados Confederados do Sul. Em alguns momentos Ciro Cardoso aproxima-se do caso das situações “camponesas” do continente (mas afasta-se rapidamente remetendo o leitor aos trabalhos de Mintz) em função das quais elabora uma relação de “modalidades do fenômeno camponês sob o regime escravista de tipo colonial”.⁴⁰ Mas embora não aprofunde nenhuma dessas modalidades, com exceção da “brecha camponesa” — o “protocampesinato escravo” de Mintz⁴¹ —, fica no entanto, ao lado da formulação de “modo de produção escravista colonial”, o espaço explícito para estudar e analisar, historicamente, o campesinato no escravismo.

Coube finalmente a Jacob Gorender o mérito de ter colocado a substância para recheiar, em termos do Brasil, o esqueleto conceitual que C. Cardoso e ele próprio elaboraram. Lamentavelmente, os interessados na discussão da história camponesa temos de nos contentar apenas com umas leves — porém animadoras linhas. De fato, no seu discutido *O Escravismo Colonial*, os cultivadores pobres livres aparecem enfim como segmentos numerosos da população agrária, com direito a um espaço próprio e a uma consideração diferenciada dentro dos processos históricos gerais do Brasil durante os séculos de vigência do escravismo, embora se apresentem apenas — ninguém é perfeito — como “categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial”.⁴² Isto é facilmente compreensível, não só por causa da “importância” de fato ínfima desses grupos — enquanto, como diz F. H. Cardoso, “forças transformadoras da história, mas porque

Gorender está inteiramente tomado pela missão de esgotar o análise do que ele considera central para entronizar o escravismo como um "modo de produção historicamente novo",⁴³ Assim pois — tangencialmente — o campesinato convive com esse "modo dominante" constituindo-se como um "modo de produção marginal" integrado por "pequenos cultivadores não-escravistas independentes",⁴⁴ por sua vez divididos em sitiantes — isto é, proprietários de mínimos lotes de terra, e posseiros ou ocupantes. No entanto, apesar de serem assim qualificados de "independentes" num contexto social e jurídico em que termos desse tipo ("independência", "liberdade") carregam significados desconhecidos no uso atual, Gorender termina por considerá-los sob moldes que não se afastam em demasia dos utilizados por outros autores que se aventuram na discussão de questões ligadas a essa parcela "desclassificada" da população do Brasil escravista. Na realidade, diz o autor, eram independentes apenas por se encontrarem fora da *plantation*, mas dependiam igualmente dela, fosse porque sua localização era possível por serem suas terras inapropriadas para a forma dominante de produção, fosse porque "precediam seu avanço, sendo depois expulsos por ela".⁴⁵ Porém, essa

"população livre despossuída [...] formada de agregados e posseiros, constituía, junto com os sitiantes minifundiários, a classe

camponesa da época, a classe camponesa possível numa formação social escravista".

É assim que após um longo caminho chegamos, aos poucos mas todos juntos, distantes quase 40 anos de *Formação do Brasil Contemporâneo* e das suas ásperas chamadas de atenção para com a massa dos desclassificados na colônia, a admitir a existência de uma população camponesa anterior a 1950, anterior à quebra (em grande parte não confirmada) da grande propriedade durante os anos 30, anterior inclusive à emancipação generalizada dos escravos e sua conversão em produtores livres de sua própria subsistência nos últimos anos do século XIX. Está claro que não há neste trabalho concordância com a natureza estrutural que Gorender imprime à subordinação do campesinato colonial para com — usemos o termo tão bravamente defendido pelo autor — a "plantagem" escravista, mas é igualmente claro que a consideração desses grupos no conjunto do desenvolvimento da sociedade escravista dá uma base sólida — embora estreita — para apoiar o cambaleante edifício que diversos estudos sobre história camponesa, recentemente elaborados ou em andamento, começam a er-
guer.

(Recebido para publicação
em junho de 1993)

Notas

1. Uma versão ligeiramente diferente do presente texto faz parte da "Introdução" da minha tese de doutorado, *Campesinato e Escravidão no Brasil, 1700-1817* (Palacios, 1992). Essa origem explica o predomínio da perspectiva nordestina na discussão sobre o campesinato que este artigo persegue.
2. A única publicada é Castro (1987), as outras são: Muniz (1979); Castro Faria (1986); Fragoso (1983). Sobre as províncias de Sergipe e Bahia, cf. Silva (1981). Salvo Fragoso, são todas produto do programa de pós-graduação em História Agrária da UFF.
3. Evidentemente, quem mais se aproxima é Maria Sylvania de Carvalho Franco com seu admirável *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, que comentarei brevemente em páginas a seguir; como proposta de pesquisa, veja-se o ensaio de Antonio Barros de Castro, "A Herança Regional do Desenvolvimento Brasileiro", in Castro (1971: v.1).

4. Sobre a “moda” do campesinato, ver o estimulante artigo de Shanin (1980). Veja-se também a perplexidade de um conhecido medievalista diante da súbita popularidade do campesinato em Hilton (1975: 6-11).
5. A esse respeito, Medeiros (1983), Camargo (1973) e Azevedo (1983).
6. Os estudos são numerosos e corre-se o risco de praticar injustiças numa relação que não seja exaustiva — que por sua vez não cabe aqui. Menciono apenas alguns estudos que se destacam pela sua importância como pontos de inflexão: Costa (1966), certamente o trabalho pioneiro e clássico sobre o tema. E mais: Martins (1979), Sallum Jr. (1985), Spindler (1979). Entre os autores estrangeiros: Hall (1969), Halloway (1980) e Stolcke (1986).
7. É claro que a multiplicidade de denominações jogou um papel importante, ainda não estudado, nas estratégias das classes dominantes agrárias, sobretudo durante as décadas de 1930 e 1940 quando, pelo menos no nordeste açucareiro, fizeram-se sentir fortes pressões sobre a terra partidas da população rural pobre da região. As discussões entre representantes dos patrões e funcionários do Ministério do Trabalho sobre a extensão ou não do salário mínimo ao campo, no fim da década de 1930, jogaram sistematicamente com essa indefinição. Cf. Palacios (1977).
8. Naturalmente, esse debate não foi exclusivo do Brasil, mas alastrou-se por toda a América Latina, impulsionado basicamente por dois trabalhos: Frank (1969) e Laclau (1971).
9. Cf., por exemplo, as anotações de um dos principais expoentes da tese “feudal” sobre o campesinato brasileiro, assim como a natureza de suas fontes: Guimarães (1977), especialmente pp. 105-106.
10. Souza (1982: 14-15).
11. Prado Jr. (1972: 46).
12. Prado Jr. (1942: 159). A ênfase na primeira citação é minha.
13. *Ibid.*, p. 161.
14. *Ibid.* A citação é de Couty (1881: 281).
15. Prado Jr. (1945: 42). Ênfase minha.
16. Prado Jr. (1979). Como se sabe, a obra reúne artigos escritos imediatamente antes do Golpe de 1964 na *Revista Brasiliense*.
17. *Ibid.*, p. 25. Ênfase minha.
18. *Ibid.*, pp. 25-26; conceitos semelhantes também em pp. 50-52. Ênfase minha.
19. A questão do “sentido” da colonização foi primeiro formulada por Caio Prado no capítulo assim intitulado de *Formação*, e se enquadra dentro de um certo determinismo que tem sido criticado alhures. Cf., por exemplo, Gorender (1978: 148-9).
20. Para uma discussão sobre essa categoria cf. Rudé (1981: 6-8).
21. Prado Jr. (1979: 62).
22. Prado Jr. (1972: 46).
23. Os estudos principais são: Fernandes, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*; Cardoso, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; Ianni, O. *As Metamorfoses do Escravo*; e o já citado Costa, E. V. *Da Senzala à Colônia*. Entre os especialistas estrangeiros de primeira hora se destaca sem dúvida *Vassouras*, de Stein, S. J. publicado em 1957 e que embora não seja um trabalho específico sobre “escravismo” e sim sobre *plantation society*, foi, e é, uma pedra fundamental, até agora não igualada, nos estudos de História Agrária do Brasil. Entre os mais recentes: Cardoso, C. F. S., “Sobre los Mo-

Modos de Producción Coloniales de América” e “El Modo de Producción Esclavista Colonial en América”, ambos *in* Assadourian *et al*, *Modos de Producción en América Latina*; Cardoso, C. F., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*; Gorender, J. *O Escravidão Colonial*. Gorender aumentou recentemente a polêmica com *A Escravidão Rehabilitada*, onde guerreia ferozmente contra o que ele interpreta como visões apologéticas da escravidão presentes em estudos recentes.

24. Cf. Mintz (1974: 132-158).
25. Os excessos da interpretação de um escravismo sempre dominante em oposição a uma análise mais detalhada que lhe mostre a periodicidade e os momentos “chave” já foi criticada *in* Forman (1975), esp. cap. 2. Sobre sistemas agrários não-escravistas no Brasil setecentista veja-se Palacios (1987).
26. Palacios (1987).
27. Sobre a USP, consulte-se o artigo de Graham (1970) do qual me utilizei livremente nesta pequena revisão. Recentemente, Richard Morse (1990) incursionou, com verve, pelo mesmo território.
28. Cardoso (1975). O texto é originalmente de 1973.
29. *Ibid.*, p. 9.
30. *Ibid.*, p. 17.
31. *Loc. cit.*
32. *Ibid.*, p. 9.
33. Cardoso, F. H. (1975: 114), apoiando-se nas conclusões de Franco (1974: 215).
34. Ver *in* Shanin (1980: 54-71), uma oportuna e instrutiva discussão sobre os dois esquemas básicos de interpretação marxista da questão camponesa e seus desdobramentos e implicações. Uma variante muito bem estruturada desse esquema, que introduz um perverso elemento “oportunista-funcionalista” nos interesses do capitalismo na reprodução do campesinato, está, para o caso brasileiro, no notável texto de Martins, “A Produção Capitalista de Relações Não-Capitalistas de Produção” *in* Martins (1979). Em termos de América Latina, a revista *Estudios Rurales Latinoamericanos*, publicada pelo CLACSO, é freqüente “hospedeira” de matérias sobre esse assunto.
35. Cardoso, C. F. S. (1973: 142).
36. Sobretudo Genovese (1967) e (1969).
37. Cardoso C. F. S. (1973: 140.)
38. *Ibid.*, p. 142.
39. Ver por exemplo seu “Propriedade da Terra e Técnicas de Produção nas Colônias Escravistas da América Latina e das Antilhas no Século XVIII”, *in* Cardoso C. F. S. (1979).
40. *Ibid.*, “A Brecha Camponesa no Sistema Escravista”.
41. Mintz, (1974: 151-52).
42. J. Gorender (1978: 287).
43. *Ibid.*, p. 53.
44. *Ibid.*, p. 297.
45. *Ibid.*, p. 300.

Bibliografia

- Assadourian, Carlos Semprat *et al.*
1973 "Modos de Producción en América Latina", México, Cuadernos de Pasado y Presente.
- Azevedo, Fernando
1983 *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Camargo, Aspásia A.
1973 *Brésil Nord-Est. Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Tese de doutorado, 3.º ciclo. Universidade de Paris.
- Cardoso, Ciro F. S.
1973 "Sobre los Modos de Producción Coloniales de América", in Assadourian *et al.*, *Modos de Produção...*, *op. cit.*
1973 "El Modo de Producción Esclavista Colonial en América", in Assadourian *et al.*, *Modos de Produção...*, *op. cit.*
- Cardoso, Ciro F. S.
1979 *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- Cardoso, Fernando Henrique
1962 *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difel.
- Cardoso, Fernando Henrique
1975 "Classes Sociais e História: Considerações Metodológicas", in F. H. Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Castro, Antonio Barros de
1971 *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, v. 1.
- Castro Faria, S. S. de
1986 *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes*. Dissertação de Mestrado, UFF.
- Castro, Hebe Maria Mattos de
1987 *Ao Sul da História. Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo, Brasiliense.
- Costa, Emilia Viotti da
1966 *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel.
- Couty, Louis
1881 *L'Esclavage au Brésil*. Paris, Lib. Guillaumin et Cie.
- Fernandes, Florestan
1966 *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Dominus, 2 v.
- Forman, Shepard
1975 *The Brazilian Peasantry*. New York, Columbia University Press.
- Fragoso, José L.
1983 *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul*. Dissertação de Mestrado, UFRJ.
- Franco, Maria Sylvania de Carvalho
1974 *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática.
- Frank, Andre Gunder
1969 *Capitalism and Underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil*. New York, Modern Reader Paperbacks.

- Genovese, Eugene
 1967 *The Political Economy of Slavery. Studies in the Economy and Society of the Slave South*. New York, Atheneum.
- 1969 *The World the Slaveholders Made*. New York, Vintage Books.
- Gorender, Jacob
 1978 *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática.
 1990 *A Escravidão Rehabilitada*. São Paulo, Brasiliense.
- Graham, Richard
 1970 "Brazilian Slavery Re-Examined: a Review Article", in *Journal of History*, v. 3, n.º 4 (verão).
- Guimarães, Alberto Passos
 1977 *Quatro Séculos de Latifúndio*, 4.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Hall, Michael M.
 1969 *The Origins of Mass Migration in Brazil, 1871-1924*, Ph.D. Dissertation, Columbia University.
- Hilton, Rodney H.
 1975 *The English Peasantry in the Later Middle Ages*. Oxford, Clarendon Press.
- Holloway, Thomas H.
 1980 *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- Ianni, Otavio
 1962 *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo, Difel.
- Laclau, Ernesto
 1971 *Feudalismo y Capitalismo en América Latina*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Economía Política.
- Martins, José de Souza
 1979 *O Cativo da Terra*, São Paulo, Hucitec.
- Medeiros, Leonilde S.
 1983 *A Questão da Reforma Agrária no Brasil, 1955-1964*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Mintz, Sidney
 1974 *Caribbean Transformations*. Chicago, Aldine Publishing Company.
- Morse, Richard
 1990 *A Volta de McLuhanatma. Cinco Estudos Solenes e uma Brincadeira Séria*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Muniz, C. M. L.
 1979 *Os Donos da Terra*. Dissertação de Mestrado, UFF.
- Palacios, Guillermo
 1992 *Peasantry and Slavery in Brazil, 1700-1817*. A Contribution to the History of the Free Poor Planters from the General Captancy of Pernambuco. Ph. Dissertation. Princeton University, 2 v.
 1987 "Campesinato e Escravidão no Brasil: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres do Nordeste Oriental do Brasil, c. 1700-1875". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, vol. 30, n.º 3.
 1977 "Os Plantadores de Cana em Pernambuco, 1900-1945. Adaptação e Mudança de uma Elite Agrária "Tradicional"". In *Cadernos da ELAP-FGV*, n.º 1.

- Prado Jr., Caio
1942 *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo, Brasiliense.
1945 *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
1966 *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
1972 *História e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.
1979 *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense.
- Rudé, George
1981 *The Crowd in History. A Study of Popular Disturbances in France and England, 1730-1848*. London, Lawrence and Wishart, rev. ed.
- Sallum Jr., Basílio
1985 *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1950*. São Paulo, Hucitec.
- Shanin, Teodor
1980 "A Definição de Camponês: Conceituações", in *Estudos Cebrap*, 26.
- Silva, Francisco Carlos T. da
1981 *Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria em Porto da Folha no Sertão de S. Francisco (1820-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFF.
- Souza, Laura de Mello e
1982 *Desclassificados do Ouro — A Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal.
- Spindler, Cheywa. R.
1979 *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Stein, Stanley J.
1957 *Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1890. The Roles of Planter and Slave in a Changing Plantation Society*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Stolcke, Verena
1986 *Cafeicultura. Homens, Mulheres e Capitais (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense.

Arquivo Edgard Leuenroth Centro de Pesquisa e Documentação Social

Histórico e Estrutura

O Arquivo Edgard Leuenroth — AEL — Centro de Pesquisa e Documentação Social, surgiu em 1974, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (IFCH) da Unicamp, com a compra pela Universidade do acervo documental e bibliográfico do militante anarquista e jornalista Edgard Leuenroth. Em virtude das características da documentação reunida por Leuenroth e das primeiras coleções incorporadas ao AEL, o trabalho da instituição voltou-se, de início, fundamentalmente para a documentação relativa ao movimento operário e sindical, às correntes e organizações de esquerda e à história da industrialização, abrangendo o período que se estende de fins do século XIX aos dias de hoje. Seu acervo compreendia, então, uma documentação majoritariamente relativa ao Brasil — embora incluísse também documentos relativos a outros países latino-americanos, em particular a Argentina — e periódicos estrangeiros de origens diversas.

Ao longo dos anos 80, o AEL ampliou e diversificou consideravelmente seu acervo, refletindo, em parte, os interesses dos programas de pós-graduação do IFCH. Ao mesmo tempo em que reunia novos documentos relativos às suas temáticas tradicionais, o Arquivo incorporou fundos e coleções sobre os novos movimentos sociais, os direitos humanos, as iniciativas patronais para a organização do trabalho e a formação profissional, as pesquisas de opinião pública, o rádio, o cinema, o teatro, a literatura de cordel e a violência.

A institucionalização do AEL deu-se em 1986, quando se formalizou o seu papel dentro da Universidade e se estabeleceu a sua estrutura de funcionamento, composta de um Conselho Diretivo (com representantes dos departamentos do IFCH), uma direção de caráter executivo (diretor e diretor adjunto, cargos reservados a docentes), uma diretoria de pesquisa (implementada efetivamente apenas em 1991) e uma diretoria técnica, à qual se subordina o corpo funcional.

Em 1990 foi formada a Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth (ACAEL), entidade de direito privado que tem por objetivo dar apoio ao trabalho do Arquivo e auxiliar na obtenção de recursos.

Fontes Financiadoras e Projetos

A estrutura permanente do AEL e seu corpo funcional são mantidos pela Unicamp, através do IFCH. Entretanto, dado que seus funcionários não são suficientes para que a organização de fundos e coleções que são continuamente incorporados e sua entrega à consulta pública possam se dar num prazo razoável, a instituição tem recorrido a diversas agências financiadoras para a implementação de projetos de auxílio à organização de acervos e de alguns projetos de pesquisa. Entre as instituições, que financiam ou em algum momento financiaram projetos do AEL figuram a ANPOCS, a FINEP, a FAPESP, o CNPq, o FAEP/UNICAMP, o Ministério da Cultura, o Ministério da Indústria e Comércio e o extinto Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento.

Atualmente, contam com financiamentos e auxílios externos os projetos de organização dos fundos do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, do Movimento Estudantil, do Teatro Oficina, do PCB (arquivo fotográfico do *Voz da Unidade*) e da coleção Zilco Ribeiro (teatro de revista). Além destes, o AEL desenvolve presentemente, com recursos próprios, projetos relativos à organização e informatização dos livros do fundo PCB (biblioteca do Instituto Astrojildo Pereira), à informatização do catálogo de periódicos do Arquivo e à criação de um banco de imagens.

Acervo

Desde a sua criação, o AEL vem ampliando continuamente seu acervo, com a incorporação de materiais provenientes, em sua imensa maioria, de doações de arquivos privados ou institucionais. Hoje ele conta com 50 fundos e coleções, o que representa cerca de 1.200 metros lineares de documentação, com aproximadamente 22 mil livros, 10.600 folhetos, 1.828 títulos de revistas brasileiras, 1.557 títulos de revistas estrangeiras, 1.500 títulos de jornais brasileiros e 1.028 títulos de jornais estrangeiros, números que não incluem os títulos copiados em microfilme. Seu acervo inclui ainda cerca de 58 mil negativos e ampliações fotográficas, além de cartazes, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e discos.

Os principais fundos e coleções relativos à história de esquerda e ao movimento operário são: Edgard Leuenroth, Octavio Brandão, Hermínio Sacchetta, PCB, Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e microfilmes da Internacional Comunista sobre o Brasil. No que diz respeito aos direitos humanos e à repressão sob a ditadura militar, o fundo Brasil Nunca Mais e a coleção Comitê Brasileiro de Anistia são as principais fontes.

O movimento tenentista e a Coluna Prestes estão representados nos fundos Miguel Costa e Arthur Bernardes e nas coleções Lourenço Moreira Lima e Maurício de Lacerda.

Temas como a imigração, a industrialização, a organização do trabalho e a educa-

ção profissional são cobertos pelas coleções Imigração Italiana, História da Industrialização no Brasil e Roberto Mange e pelo fundo IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho).

A história cultural é coberta pelo fundo Teatro Oficina e pelas coleções Vieira Pontes (teatro no início do século), Zilco Ribeiro (teatro de revista nos anos 50) e Oswaldo Cordeiro (discos e revistas sobre rádio, cinema, teatro e literatura da década de 20 aos anos 80) e pelas pesquisas de consumo e de audiência do fundo IBOPE.

Uma parte importante da história intelectual brasileira pode ser recuperada através da documentação de pesquisa de historiadores e cientistas sociais reunida no fundo História da Antropologia no Brasil e em coleções como: Heitor Ferreira Lima, Hélio Vianna, Peter L. Eisenberg, Eder Sader, Azis Simão e José Albertino Rodrigues.

Eventos

O AEL realiza com certa frequência exposições fotográficas temáticas, as quais são muitas vezes emprestadas a outras instituições. Entre elas destacam-se "Imagens da Industrialização em São Paulo", "História da Antropologia no Brasil", "O Primeiro de Maio nos Anos de Chumbo", "A Imagem da Mulher através da Publicidade nas Revistas Femininas", "70 Anos de Fundação do PC no Brasil". Além destas exposições, o Arquivo costuma promover seminários, mesas-redondas, conferências, lançamentos de publicações e exibições de vídeos.

Principais Publicações

CHAVES NETO, Elias. *Sentido dinâmico da democracia*. São Paulo/Campinas, Brasiliense/Arquivo Edgard Leuenroth, 1982 (Coleção Memória Política).

DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução: memórias de um militante operário*. São Paulo/Campinas, Brasiliense/Arquivo Edgard Leuenroth, 1983 (Coleção Memória Política).

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias da militância*. São Pau-

lo/Campinas, Brasiliense/Arquivo Edgard Leuenroth, 1982 (Coleção Memória Política).

ASMOB[Archivo Storico Del Movimento Operário Brasileiro (Milão)]/FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI E ARQUIVO EDGARD LEUENROTH/UNICAMP. *A voz do trabalhador: coleção fac-similar (1908-1915)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1985.

ZANATTA, Eliane Marques *et al.* *Inventário analítico do acervo Octavio Brandão*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social, IFCH, UNICAMP/Editora da UNICAMP, 1986.

Guia do AEL 1990. Campinas, ACAEL — Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth/Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social, 1990.

Cadernos do AEL. 1(1) "Operários e anarquistas fazendo teatro", Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social, primeiro semestre 1992.

Pessoal

Diretor — Sérgio Salomé Silva
Diretora Adjunta — Angela Carneiro Araújo
Diretora Técnica — Marisa Zanatta
Diretora de Pesquisa — Elaine Marques Zanatta
Encarregada do Setor de Preservação e Restauro — Maria Aparecida Remédio
Bibliotecária (responsável por periódicos) — Sandra Lúcia Pereira

Bibliotecária (responsável por livros e folhetos) — Maria Cecília Moreira Festa
Socióloga — Ema Maria Franzoni
Auxiliares de Biblioteconomia — Cleonice Emígdio de Moraes
Joana Bernadete de Campos
Fatima Rosseto e
Zélia Maria dos Santos
Técnica em Iconografia e Material Audiovisual — Miriam Paula Manini
Técnica em Editoração — Maria Cimélia Garcia
Técnica Administrativa — Geralda Rodrigues Onório
Operador de Micro — Emerson Luís Marques da Costa
Recepcionista — Maria Nadir de Moura

Consulta

A consulta ao material organizado do acervo do AEL é aberta ao público em geral nos dias úteis das 9 às 17 horas. A reprodução desse material é permitida, desde que às custas dos interessados, e respeitados os limites impostos em função das normas de preservação e das possibilidades técnicas. Desse modo, cada solicitação de reprodução deve passar pela aprovação do corpo técnico do AEL.

Endereço:

Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social
IFCH/UNICAMP
Cidade Universitária Zeferino Vez
C.P. 6.110
13081-970 CAMPINAS - SP
Tel. (0192) 397566
Fax (0192) 393327

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolivar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zuhar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Valladares* e *Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise

sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias

em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia” e *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes” e *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha”, e *Berta G. Ribeiro*,

“Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: ”Um Balanço” e *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil, Hoje”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais” e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teroia do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate” e *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 – 1990”; *Guita Grin Debert*, Família, Classe Social e Etnicidade: “Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.



ESTUDOS HISTÓRICOS

Revista semestral da Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC) lançada em 1988, **Estudos Históricos** analisa a história do Brasil sob uma perspectiva multidisciplinar, em artigos que cobrem os mais diversos campos do conhecimento, como História, Antropologia, Sociologia, Literatura, Filosofia e Política.

EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 - 6º andar
22253 - Rio de Janeiro, RJ

Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

Telex: (021) 36811 Fax: (021) 551-7801



LUA NOVA

REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

LUA NOVA é uma revista quadrimestral do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). O CEDEC é um centro de pesquisa e reflexão na área de Ciências Humanas.

CEDEC

Rua Airoso Galvão, 61 - São Paulo, CEP 05002-070
Tel. (011) 871-2966 Fax (011) 871-2123

DADOS

Vol. 36, nº 1, 1993

Revista de Ciências Sociais

Editor

Charles Pessanha

Vox Sextus: Dimensões da Sociabilidade em um Mundo Possível Cético
Renato Lessa

A Estrutura do Argumento Contratualista: Thomas Hobbes e a Gênese Ética da Reflexão Política Moderna
Luiz Eduardo Soares

Do Mal ao Bem Coletivo: Jogos de Tempo e a Possibilidade de Cooperação
Luiz Orenstein

A Reforma das Instituições Políticas: A Experiência Brasileira e o Aperfeiçoamento Democrático
Olavo Brasil de Lima Junior

Anatomia do Fracasso: Intermediação de Interesses e a Reforma das Políticas Sociais na Nova República
Marcus André B. C. de Melo



REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DADOS - Revista de Ciências Sociais (ISSN 0011-5258) é uma publicação quadrimestral do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ.

REDAÇÃO E ASSINATURAS: Rua da Matriz, nº 82
Cep.: 22260-100 - Botafogo
Rio de Janeiro, Brasil
Tel.: (021) 286-0996
Fax: (021) 286-7146

Novos Estudos

CEBRAP

ASSINATURA

(três números)

Nacional (a confirmar)	CR\$ 1.920,00
Internacional	US\$ 40,00
Internacional (instituições)	US\$ 60,00

Envie cópia do cupom abaixo com cheque nominal para:

Revista *Novos Estudos*
Editora Brasileira de Ciências
Rua Morgado de Mateus, 615 — CEP 04015-902 — São Paulo — SP
Tel. (011) 574-0399 Fax (011) 574-5928

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone: _____



revista estudos feministas

é uma revista acadêmica, de caráter pluridisciplinar, que tem por objetivo ampliar o campo dos estudos de gênero no Brasil.

é um projeto coletivo, de iniciativa da comunidade científica envolvida com a reflexão sobre as relações entre os sexos nos mais diferentes campos e disciplinas.

é um canal de expressão do movimento feminista e dos movimentos de mulheres em geral, na luta contra as discriminações sexistas e pela afirmação de um conhecimento de gênero.

é semestral (abril e outubro) e está aberta a colaborações na forma de artigos, resenhas, ensaios e dossiês. Informações de interesse geral sobre o tema serão divulgadas na rubrica agenda. Os números zero e 1 já estão disponíveis.

ASSINATURAS

2 números

Nacional	CR\$ 1.500,00
Internacional	US\$ 35,00
Internacional (institucional)	US\$ 50,00

Envie cópia do cupom abaixo com cheque nominal à

Fundação Universitária José Bonifácio,
endereço para

revista estudos feministas
CIEC/ECO/UFRJ

Av. Pasteur, 250 - fds - CEP 22290-240
Urca - RJ - Brasil - Tel. 55-21-275 1647

Assinante:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone DDI:

Fax:

País:

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)

existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

O BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO (BIB)

é uma publicação semestral que já conta com 35 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam o BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: individual, 31 Ufir institucional, 40 Ufir
Internacional: individual, US\$ 70 institucional, US\$ 100

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: individual, 21 Ufir institucional, 30 Ufir
Internacional: individual, US\$ 30 institucional, US\$ 50

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: individual, 41 Ufir institucional, 50 Ufir
Internacional: individual, US\$ 90 institucional, US\$ 130

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP
Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 22 ano 8
junho de 1993
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

-
- 5 Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras
L. F. D. Duarte, L. L. Barsted, M. R. Taulois, M. H. Garcia
-
- 20 Cultura européia: uma nova retórica de exclusão?
Verena Stolcke
-
- 32 Cidadania plena para o americano negro? Um problema sociológico
Talcott Parsons
-
- 62 Humanidade, etnia, nacionalidade: perspectivas conceituais e comparativas sobre a URSS
John Comaroff
-
- 81 Operários e mobilidade social na Bahia: análise de uma trajetória individual
Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
-
- 98 Os blocos regionais nas Américas
Andrew Hurrell
-
- 119 Caos e ordem na teoria sociológica
Franz Josef Brüseke
-
- 137 Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead
Néstor Perlongher
-
- 145 Resenhas
Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista, de Maria Filomena Gregori
Wânia Pasinato Izumino
George L. Mosse e o racismo como construção ideológica e produção de estereótipos
Roberto Grün
Herme's Dilema & Hamlet's Desire: on Epistemology of Interpretation, de Vincent Crapanzano
Cíntia Ávila de Carvalho
O dilema da participação popular — a etnografia de um caso, de Júlio Assis Simões
Cláudio Novaes Pinto Coelho
A democracia nas urnas, de Antonio Lavareda
Glória Diógenes
-
- 160 Resumos / Abstracts / Résumés
-
- 164 Contents
-
- 166 Sommaire

B I B
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

RIO DE JANEIRO

Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.
Rua Barata Ribeiro, 17 –sl/202
Fone: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Livrasia Dazibao Botafogo Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 367
Tel.: (021) 286-5756/226-3217
Rio de Janeiro – RJ

Editora e Distribuidora Irradiação Cultural
R. Visconde de Santa Isabel, 46 – fundos
Fone: (021) 577-3522 – Fax: (021) 577-1249
20560-120 – Rio de Janeiro – RJ

Unilivros Cultural Ltda.
Rua das Laranjeiras, 55/B
Tel.: (021) 205-2462 – Fax: (021) 521-2648
Rio de Janeiro – RJ

SÃO PAULO

Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.
R. Conselheiro Ramalho, 701 – Lj. 22
Fone: (011) 284-8155 – Fax: (011) 285-0305
01325-001 – São Paulo – SP

Fabio Mantegari – Primeira Linha Distrib.
Rua Augusta, 2676/ap. 54
Tel.: (011) 852-11275
São Paulo – SP

MINAS GERAIS

Distribuidora KLS Ltda.
R. Caetés, 1056/1.º andar
Fone: (031) 201-9221 – Fax: (031) 201-6659
30120-070 – Belo Horizonte – MG

ESPÍRITO SANTO

Representação Paulista Ltda.
R. Nestor Gomes, 265
Fone: (027) 227-5933 Fax: (027) 222-5205
29015-150 – Vitória – ES

BAHIA

Distribuidora de Livros Salvador Ltda.
Rua Rui Barbosa, 43 – Ed. Adelmo Prado
Tel.: (071) 243-3655 – Fax: (071) 321-0285
Salvador – BA

PARANÁ

Livraria do Chaim Editora
R. General Carneiro, 441
Fone: (041) 264-3484 – Fax: (041) 263-1693
80060-150 – Curitiba – PR

RIO GRANDE DO SUL

Rogil Comércio e Repres. Ltda.
Rua Miguel Tostes, 804
Tel.: (051) 335-1069 – Fax: (051) 335-1069
90020 – Porto Alegre – RS.

DISTRITO FEDERAL

Letra e Arte Comércio e Representação
Ltda.
SHIN Q 8 conj. 8 casa 15
Fone: (061) 577-3494 – Fax: (061) 577-4883
Brasília – DF

SANTA CATARINA

Livros Luis Lunardelli Ltda.
Rua General Bittencourt, 64
Tel.: (0482) 22-9425 – Fax: (0482) 22-5165
Florianópolis SC

PERNAMBUCO

Alternativa Distribuidora de Livros Ltda.
Av. Visc. de Jequitinhonha, 1118
Tel.: (081) 461-1122 – Fax: (081) 341-2845
Recife – PE

Relume – Dumará

Editores

Ciências Sociais

De Volta à Estação Finlândia

Daniel Aarão Reis

Delicioso diário de viagem de um professor de História e militante da esquerda que descreve com argúcia o que observou da Alemanha à China.

Socialismo

Max Weber e Émile Durkheim

Dois dos pais da ciência social avaliam o socialismo no momento de sua gênese como prática política e ordem econômica.

Na Corda Bamba

Doze estudos sobre a cultura da inflação

Textos de: Roberto DaMatta, F. de Hoffanda Barbosa, Rubem César Fernandes, Ricardo Henriques, Fábio Sá Earp, Luís Carlos Prado, Sérgio Abranches e outros.

Travesti – A invenção do feminino

Hélio R. S. Silva

Um trabalho ao estilo dos “pioneiros da antropologia ... genuinamente original e enriquecedor”, como escreve Otávio Velho no prefácio.

As Assim Chamadas Ciências Sociais

Patrícia Birman e Helena Bomeny (orgs.)

Textos de: Lúcia Lippi, Roque Larraia, Simon Schwartzman, Otávio Velho, Reinaldo Guimarães, Wanderley Guilherme dos Santos, Gilberto Velho e outros.

1994

Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira

Textos de: Luís Pinguelli, César Benjamim, Chico Alencar, Leandro Konder, Emir Sader, José Marcio Camargo, José Tauile e outros.

Os Dois Corpos do Presidente e outros ensaios

Luís Eduardo Soares

Reflexões sobre política, cultura, religião, teoria social e outros assuntos, em um percurso fascinante por sua clareza e profundidade intelectual.

Vocabulário de Idéias Passadas

Ensaio sobre o fim do socialismo

Rubem César Fernandes

Uma coletânea indispensável para o cientista social e para o leitor interessado nos paradoxos do socialismo.

Rumo ao Paraíso

A história do movimento ambientalista

John McCormick

Obra definitiva sobre as origens e percursos das idéias e organizações ambientalistas em todo o mundo.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – ANPOCS

Vários autores

Filosofia e Cultura

A Vida do Espírito

O Pensar / O Querer / O Julgar

Hannah Arendt

Obra póstuma da grande filósofa, essencial para conhecer sua avaliação das diferentes linhagens do pensamento e as escolhas que delineiam seu perfil intelectual.

Lições sobre a Filosofia Política de Kant

Hannah Arendt

Série de conferências proferidas pela autora em que discorre — com o brilho habitual — sobre a faculdade de julgar, a ética e a participação do pensador nos negócios do mundo.

A Inocência e o Vício

Estudos sobre o homoerotismo

Jurandir Freire Costa

Percorrendo autores como Proust, Gide, Wilde e outros, o autor avalia criticamente a categoria “homossexual” no imaginário do Ocidente.

A Dignidade da Política

Ensaaios e conferências

Hannah Arendt

Coletânea de textos, inéditos em português, representativos do pensamento e das opções pessoais de uma das personalidades marcantes de nosso século.

Política de Saúde

A AIDS no Mundo

Jonathan Mann, Daniel Tarantola e Thomas Netter (orgs.)

A obra mais importante já publicada sobre Aids, com contribuições de centenas de profissionais de todo o mundo.

A AIDS no Brasil

Richard Parker, Jane Galvão, José Stalin Pedrosa, Cristina Bastos (orgs.)

Coletânea de textos essenciais para conhecer o estado da Aids e de sua prevenção em nosso país.

Saúde: coletiva?

Questionando a onipotência do social

Sônia Fleury (org.)

Textos de: Giovanni Berlinguer, Mario Testa, Célio Garcia, Wilmar do Valle Barbosa, Jeni Vaitsman, Lígia Giovanella e outros.

Duzentos Anos de Psiquiatria

(co-edição com a Editora UFRJ)

Jane Russo (org.)

Textos de: Luiz Fernando Duarte, Anna Carolina Lo Bianco, Ana Cristiana Figueiredo, Cecília Maria Coimbra, Alfredo Schechtman e outros.

Só Socialmente

O uso de drogas nas relações humanas através da história

F. Bastos e O. Gonçalves (orgs.)

Textos de: Alessandro Barata, Tércio Lins e Silva, Sebastian Scheerer, Nilo Batista, Eduardo Mascarenhas e outros.

Remédios: Saúde ou Indústria?

Jorge Bermudez

Uma história polêmica da produção de medicamentos no Brasil, descrita criticamente por um de seus mais destacados participantes.

Planejamento Criativo em Política de Saúde

Edmundo Gallo (org.)

Textos de: Paulo M. Buss, Francisco Javier Uribe, Maria Eliana Labra, Lynn Sylver, Paulo Amarante e outros.

Psiquiatria sem Hospício

Contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica

Benilton B. Júnior e Paulo Amarante (orgs.)

Textos de: Franco Rotelli, Pedro Gabriel Delgado, Otávio Serpa Jr., Júlio Vertzman, Joel Birman e outros.

Participação Popular, Educação e Saúde: Teoria e Prática

Victor V. Valla e Eduardo N. Stoltz (orgs.)

Textos de: Elaine Hollanda, Victor Valla, Eduardo Stotz e Maria Alice P. Carvalho.

Serviços Locais de Saúde

Constituição de atores e políticas

Regina Coeli Bodstein (org.)

Textos de: Lenira Zancan, Rosana Magalhães, Rosimary G. Souza, Raquel Abrantes Rêgo e Marcus Renato de Carvalho.

Physis — Revista de Saúde Coletiva

(co-edição com o Instituto de Medicina Social — UERJ)

Vol. I - n.º 1 — Saúde e Política Social

Vol. I - n.º 2 — A Representação na Saúde Coletiva

Vol. II - n.º 1 — Sexualidade e Aids

Vol. III - n.º 1 — Epidemiologia e Conhecimento Médico

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria do **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP